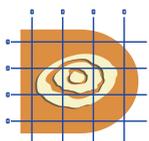
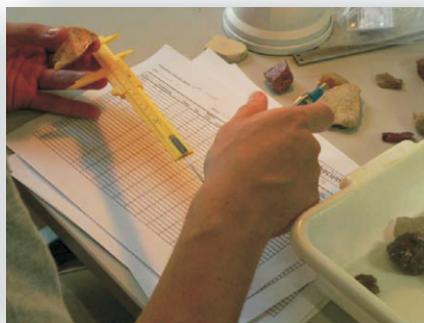


Plano de Gestão do Patrimônio Cultural

Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos

Etapa 2: Pesquisa, Arqueologia Pública e Programa de Manejo

Fevereiro / 2009



**PLANO DE GESTÃO DO PATRIMONIO CULTURAL
SISTEMA VIÁRIO DA MARGEM DIREITA DO PORTO DE SANTOS
ETAPA 2: Pesquisa, Arqueologia Pública e Programa de Manejo**

ETAPA 2: PESQUISA, ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PROGRAMA DE MANEJO

Fevereiro / 2009

REALIZAÇÃO

DOCUMENTO Antropologia e Arqueologia SS Ltda.

Rua dos Tipoanas 225, Terras do Madeira, Granja Viana.

Carapicuíba / SP. Cep 06352-040

Fones: (11) 4169-4280 / 4169-9567. Email: arqueo@terra.com.br

Responsável: Dra. Erika Marion Robrahn-González

EMPREENDEDOR

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CODESP)

Av. Conselheiro Rodrigues Alves s/n, Macuco, Santos/SP. Cep 11.015-900

Fone (13) 3234-7000

Responsável: Sr. José Roberto Correia Serra (Diretor-Presidente)

APOIO INSTITUCIONAL

UNICAMP – Núcleo de Estudos Estratégicos

Cidade Universitária Zeferino Vaz Cep 13.083-970

Campinas / SP. Fone: (19) 3788-7790

Responsável: Dr. Pedro Paulo de Abreu Funari

INDICE

APRESENTAÇÃO	4
<u>PARTE 1: SÍNTESE DE AÇÕES E RESULTADOS</u>	8
• ABRANGÊNCIA	9
• DESENVOLVIMENTO	19
• AÇÕES E RESULTADOS	32
<u>PARTE 2: CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA</u>	33
• SÍNTESE CONCEITUAL	34
• CIÊNCIA APLICADA E ARQUEOLOGIA PÚBLICA	39
• GESTÃO PATRIMONIAL E TRANSDISCIPLINARIDADE	51
• BIBLIOGRAFIA	55
<u>PARTE 3: AÇÕES DE CONTINUIDADE</u>	64
• AÇÕES DE MANUTENÇÃO	66
• AÇÕES DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA	69
• AÇÕES DE MANEJO	79
• CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO	84

APRESENTAÇÃO

Desde março/2008 vem sendo desenvolvido o “Plano de Gestão de Patrimônio Cultural / Diagnóstico de Situação e Valoração Científica do Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos”, empreendimento localizado no município de Santos, litoral do Estado de São Paulo.

Este programa foi elaborado em atendimento às solicitações do IPHAN e do Ministério Público Federal e Estadual no que se refere ao desenvolvimento de estudos complementares e avaliações patrimoniais, tendo sido devidamente legalizado junto ao IPHAN através da Portaria de Pesquisa n. 10/02, publicada no Diário Oficial da União em 18.03.08, renovada através da Portaria 33, Anexo IV-01, publicada em 09.10.08.

A abordagem basilar do programa foi, primeiramente, identificar e caracterizar os contextos sócio-ambientais que ocorreram e ocorrem na área em análise ao longo do tempo (atividade que corresponde à fase de Diagnóstico), imprescindíveis para delinear o universo científico da investigação e direcionar as ações seguintes de pesquisa. O detalhamento que ocorreu, na sequência (fase Prospecção), permitiu delimitar os patrimônios envolvidos, na esfera material e imaterial, levando a uma terceira fase no que se refere ao patrimônio estritamente arqueológico (o resgate de 2 sítios identificados durante as prospecções, a saber, sítio da Barca e sítio CODESP).

Através da reconstrução deste caminho científico de investigação foi possível proceder a amplas análises sobre o patrimônio cultural envolvido, incluindo análises patrimoniais integradas, avaliações de impacto, valoração científica e indicação de medidas mitigadores/compensatórias.

Foram ainda realizadas pesquisas complementares solicitados pelo Ministério Público Federal e pelo IPHAN, referentes à prospecção na área do mangue da Alemôa e à delimitação do sítio Casarão do Valongo.

Finalmente, a partir de junho/08 foi desenvolvido, em paralelo, o monitoramento das obras, resultando na elaboração de relatórios específicos mensais.

Dentro deste contexto, e dando continuidade ao desenvolvimento do Plano de Gestão em seus aspectos científicos, metodológicos e estruturais, o presente texto abrange as ações previstas na Etapa 2 do Plano de Gestão, a saber:

- as ações de dinamização de envolvimento da comunidade e educação patrimonial (**Arqueologia Pública**);
- a continuidade do **monitoramento e novas demandas da obra** (prospecção em trechos adicionais);
- a organização dos conteúdos e resultados da pesquisa em um **Programa de Manejo**;
- o **atendimento às ações mitigadoras** definidas pelo IPHAN através do Ofício 992/2008 da 9ª. SR/IPHAN/SP.

Esta Etapa 2 está prevista para desenvolvimento por **período complementar de 12 meses**, para o que se solicita **renovação da Portaria IPHAN vigente**.

O resultado deste conjunto de ações integrará a somatória de conhecimentos já gerados pelo Programa ao longo dos seus 10 meses de realização (Gestão de Conhecimento), em continuidade ao seu planejamento e objetivos a serem atingidos. Assim, os novos dados que virem a ser produzidos estarão sendo associados aos resultados obtidos, fornecendo um maior nível de detalhe e abrangência no tratamento dos patrimônios (patrimônio arqueológico, histórico, cultural, paisagístico e edificado).

Esta integridade nas ações visa, em última instância, ampliar a tangibilidade dos resultados da pesquisa para as comunidades envolvidas facilitando, ainda, o diálogo com os órgãos reguladores e licenciadores envolvidos e apoio à decisão.

Cabe ressaltar que o Plano de Gestão em andamento foi organizado, desde o início, de forma modular, permitindo o pronto atendimento a novas demandas, dentro de um procedimento integrado. Isto porque, um Plano de Gestão não pode ser concebido como um produto estanque; ao contrário, sua elaboração pressupõe o conceito de melhoria continuada, tanto nos aspectos

técnicos quanto naqueles negociais, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde a obra da Av. Perimetral MD se localiza (a Baía de Santos), bem como as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores envolvidos (e especialmente com a comunidade). Neste sentido, busca ainda facilitar a integração com o Plano Sócio-Ambiental estratégico da CODESP, visando uma atuação integrada e convergente.

Na elaboração do texto que se segue, os assuntos foram organizados em 3 partes:

PARTE 1: Síntese de ações e resultados

Apresenta-se, aqui, uma síntese do Programa com forte apoio em mapas e ilustrações, objetivando uma divulgação e tratamento mais abrangente dos trabalhos.

PARTE 2: Conceituação científica

Traz uma síntese dos aspectos norteadores do Programa, em especial, naqueles aplicados às ações de continuidade na Etapa 2 (Arqueologia Pública e Gestão Patrimonial)

PARTE 3: Ações de Continuidade

Abrange as atividades complementares e adicionais que estarão sendo desenvolvidas pelo Plano de Gestão, e que podem ser organizadas em 3 tópicos, a saber:

- Atividades de Manutenção: abrangendo continuidade do monitoramento das obras e realização de prospecções arqueológicas em novas áreas.
- Atividades de Arqueologia Pública: abrangendo ações de envolvimento da comunidade no Programa, bem como eventos de educação patrimonial e divulgação.

- Atividades de Manejo: abrangendo o tratamento do conjunto de acervos gerados pelo Programa (acervo material, acervo imaterial). Por outro lado, sua organização e planejamento deverá fornecer subsídios à CODESP para etapas e projetos futuros de Patrimônio Cultural que venham a ser desenvolvidos na Baía de Santos, facilitando a continuidade de seu gerenciamento através de um plano continuado.

PARTE 1:

SINTESE DE AÇÕES E RESULTADOS

Abrangência

A abrangência dos estudos desenvolvidos pelo presente Programa é expressada através de três dimensões:

- **Abrangência patrimonial**, referente à diversidade de elementos abrangidos pelo Programa, reunidos no conceito mais amplo de “Patrimônio Cultural”;
- **Abrangência espacial**, referente à dimensão das áreas consideradas para os estudos (ambiente físico), de acordo com a amplitude e abrangência das questões científicas envolvidas (abrangência internacional/nacional, regional, local);
- **Abrangência social**, voltada à interação das comunidades e grupos sociais envolvidos com seu patrimônio cultural, dentro dos preceitos da Arqueologia Pública e da Ciência Aplicada.

O texto que se segue detalha cada uma destas dimensões.

ABRANGÊNCIA PATRIMONIAL

Para o desenvolvimento deste Plano de Gestão foram abrangidos os diferentes elementos que podem ser, genericamente, sintetizados na rubrica “Patrimônio Cultural”, sendo eles:

- **Patrimônio Arqueológico**, compreendendo os remanescentes físicos e locacionais na paisagem, referentes às diversas ocupações humanas que se desenvolveram na área pesquisada, ao longo do tempo.
- **Patrimônio Histórico Material**, compreendendo todos os elementos físicos e materiais, as “coisas” que compõem o dia a dia das comunidades como móveis domésticos, tralhas de cozinha, monjolos, artesanato, ferramentas de trabalho, imagens religiosas, entre outros.
- **Patrimônio Edificado**, compreendendo os bens construídos com significância histórica e/ou cultural. Não abrange apenas os edifícios que apresentam monumentalidade (como igrejas ou fortes), mas toda e qualquer construção que represente formas tradicionais de ocupação humana (trapiches, acampamentos de pescadores, cemitérios locais, entre outros).
- **Patrimônio Imaterial**, compreendendo a grande variedade de conhecimentos tradicionais e manifestações culturais da comunidade, incluindo festejos, cantos, artesanato, medicina popular, culinária tradicional, contos, danças, estórias e superstições, entre outros.
- **Patrimônio Paisagístico**, compreendendo aspectos referentes ao ambiente físico da área do Porto de Santos, ao qual se sobrepõe uma Paisagem Cultural, constituindo um espaço socialmente concebido, percebido e transformado pelos diferentes cenários de ocupação humana que se desenvolveram na região, ao longo do tempo.

Somente através de um tratamento abrangendo e conjunto deste diferentes aspectos do que, em síntese, é aqui considerando como “Patrimônio Cultural”, é que se poderá dar conta da diversidade e complexidade do desenvolvimento histórico de Santos. Por outro lado, a abordagem destes diferentes patrimônios parte de alguns princípios basilares no pensamento contemporâneo, no que se refere ao tratamento das questões patrimoniais culturais:

- ✚ democratizar as práticas para o reconhecimento e identificação do patrimônio cultural, observando as diversas possibilidades de visão e interpretação a respeito deste.
- ✚ ampliar as possibilidades morfológicas que norteiam o reconhecimento do patrimônio, respeitando as singularidades das experiências históricas de cada cultura e de cada grupo social.
- ✚ desenvolver práticas de identificação, proteção, recuperação e fomento dos patrimônios que sejam compartilhadas entre os grupos científicos e as comunidades, atuando de modo coordenado e solidário.
- ✚ compreender o patrimônio cultural como algo vivo e integrado às sociedades, como elementos fundamentais na manutenção da coesão social e da preservação das culturas.
- ✚ adotar o princípio de que somente com o envolvimento da sociedade, sobretudo das comunidades locais (inclusive atuando como parceiros e observadores dos demais atores sociais), é possível uma política patrimonial que seja durável e sustentável.

Para que isso seja real e eficaz, o patrimônio deve ser visto e incorporado como elemento componente das sociedades e não para além delas, com funções reconhecidas, como vetor de seu desenvolvimento e do bem estar coletivo

Assim, junto com a recorrente e indispensável observação da bibliografia referente aos aspectos gerais dos estudos de patrimônio e também daquela referente à área em questão, é indispensável a integração das comunidades presentes na região, a fim de que o trabalho incorpore a maneira como cada grupo social se relaciona com o patrimônio (ainda que não o nomeiem a priori assim) e o que cada grupo observa e reconhece como tal.

Essas relações dos atores sociais em relação ao patrimônio envolvem inúmeras dimensões, as quais refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, de incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação ou esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região ou que dependem das populações locais para se manterem vivos (tal como as manifestações culturais a exemplo de festejos, crenças, danças, cantos etc). Exatamente por isso, cada item do patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular.

Finalmente, para uma visualização do tratamento destes diversos patrimônios ao longo do Plano de Gestão aqui tratado, vide **Figura 1**, que inclusive indica a formação interdisciplinar da equipe de profissionais envolvidos na pesquisa e esforços de trabalho até o momento atingidos.

FIGURA 1 – Patrimônios abrangidos

FASE DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	CONTEXTO SÓCIO-AMBIENTAL	PATRIMONIO CULTURAL							ATENDIMENTO			
		Arqueológico	Histórico	Cultura Imaterial	Edificado	Paisagístico	Antropológico	Turístico	CONAMA	IPHAN	Ministério Público	CONDEPHAAT CONDEPASA
Diagnóstico - Integração de demandas - Levantamento documental - Integração com equipe de engenharia - Levantamento de aspectos identitários da comunidade perante seu patrimônio cultural - Valoração científica do patrimônio atingido pelas obras - Valoração técnica do Canal do Mercado												
Prospecção - Planejamento de prospecção para atingimento de alto índice de acuracidade - 100% cobertura de área: distância entre poços-teste 15 a 30 metros - Análise de risco de intervenção na infraestrutura subterrânea do Porto de Santos - Cruzamento dados sondagens geológicas - Cruzamento Cartografia Histórica e evolução de aterro do Porto de Santos - Detalhamento de escavações em áreas potenciais												
Resgate - Abertura de áreas amplas de escavação - Cruzamento dados geológicos, cartografia histórica, evolução Porto de Santos - Registro e pesquisa de patrimônio edificado												
Monitoramento - Acompanhamento complementar da obra												
Extroversão / Arqueologia Pública												
Arqueólogo	11	X	X	X	X	X						
Historiador	3		X	X								
Geógrafo	2	X	X	X	X	X						
Arquiteto	1		X		X							
Engenheiro	1		X		X							
Técnico Laboratório	2											
Multimídia	4	X	X	X	X	X						
									TOTAL PROFISSIONAIS: 28			
									HOMENS/HORA: 8.500			

ABRANGÊNCIA ESPACIAL

As pesquisas patrimoniais desenvolvidas pelo presente Plano de Gestão consideraram o Sistema Viário da Margem Direita do Porto de Santos (Avenida Perimetral), com início na rotatória da Alemôa (acesso ao porto a partir da Via Anchieta), coincidindo, parcialmente, com o traçado existente da Avenida Eng. Augusto Barata (bairro Alemôa), ruas Antonio Prado (Valongo - centro histórico de Santos) e Xavier da Silveira (bairro Paquetá). Percorrerá novo traçado nos bairros Vila Nova e Macuco. A intervenção terminará na altura do Canal 4, no início da Av. Mário Covas Júnior. Sua extensão total é de 9,2 km, constituindo a Área Diretamente Afetada (**ADA**) do presente estudo (**Figura 2**). Fazem parte ainda da ADA todos os demais terrenos, dentro ou fora do leito do Sistema Viário propriamente dito, que serão objeto de intervenções pelo empreendimento, como áreas de aterro, acesso, canteiro de obras, empréstimo, bota-foras, eventuais desvios de arruamento e da linha férrea, implantação de tubulações de esgoto, de água, telefonia, eletricidade, dentre outras.

Por outro lado, o estudo considera como Área de Influência Direta (**AID**) a cidade de Santos na configuração de um “Complexo Cultural/Arqueológico”, ou ainda, um Porto Vivo, pois Santos deve seu desenvolvimento e esplendor ao mar, conforme discutido no Capítulo 5. A AID define o contexto arqueológico, histórico e cultural onde, em seu interior, os vestígios arqueológicos adquirem significância patrimonial, fornecendo a base primária para análises de valoração. Para esta área recaem os estudos de entorno, incluindo levantamentos de campo em cultura material e imaterial (**Figura 3**).

Como Área de Influência Indireta (**AII**) considera-se o contexto regional (Baixada Santista) e macro-regional (nacional e internacional) aplicáveis a cidades portuárias. Para esta área recaem as análises documentais (bibliográfica, cartográfica, iconográfica) dos estudos patrimoniais (**Figura 4**).

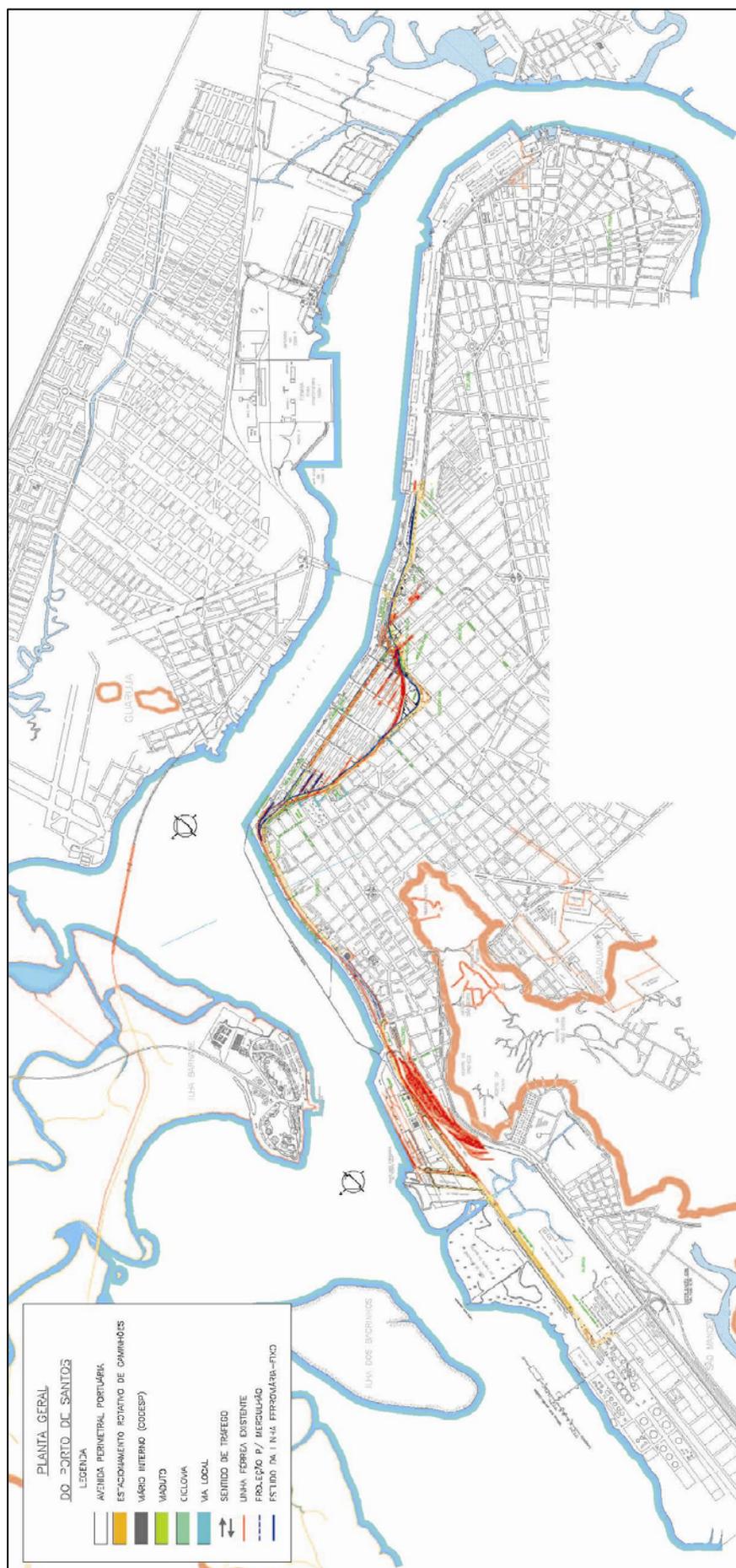


FIGURA 2:
Área de
Influência
Direta (AID):
 Cidade de Santos como “Complexo Cultural/Arqueológico”

Ações:
 Contextualização científica, mapeamentos regionais, dando significância patrimonial aos vestígios presentes na ADA.

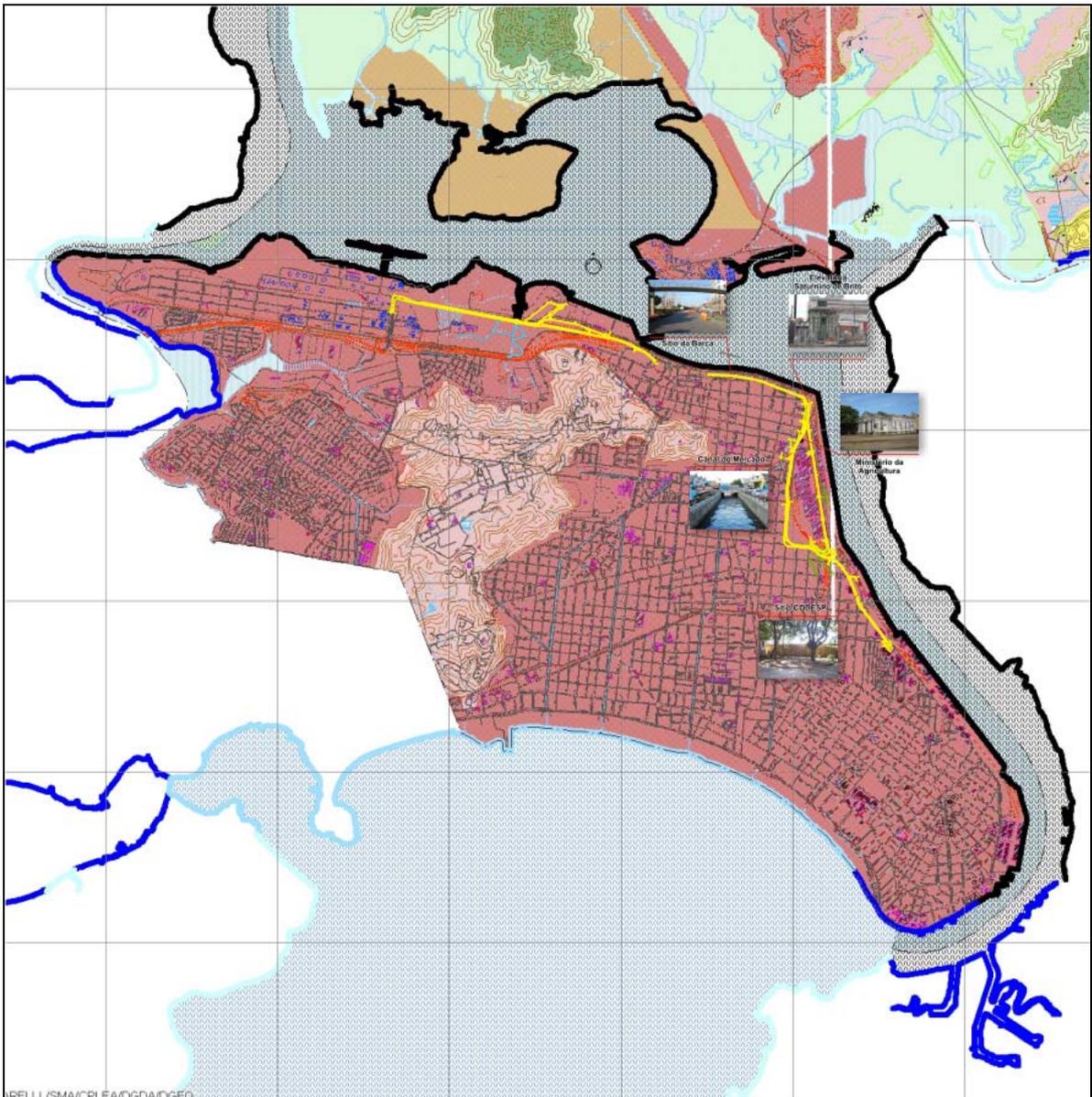


FIGURA 3 - Área de Influência Direta (AID):

Cidade de Santos como “Complexo Cultural/ Arqueológico”

Ações: Contextualização científica, mapeamentos regionais, dando significância patrimonial aos vestígios presentes na ADA.

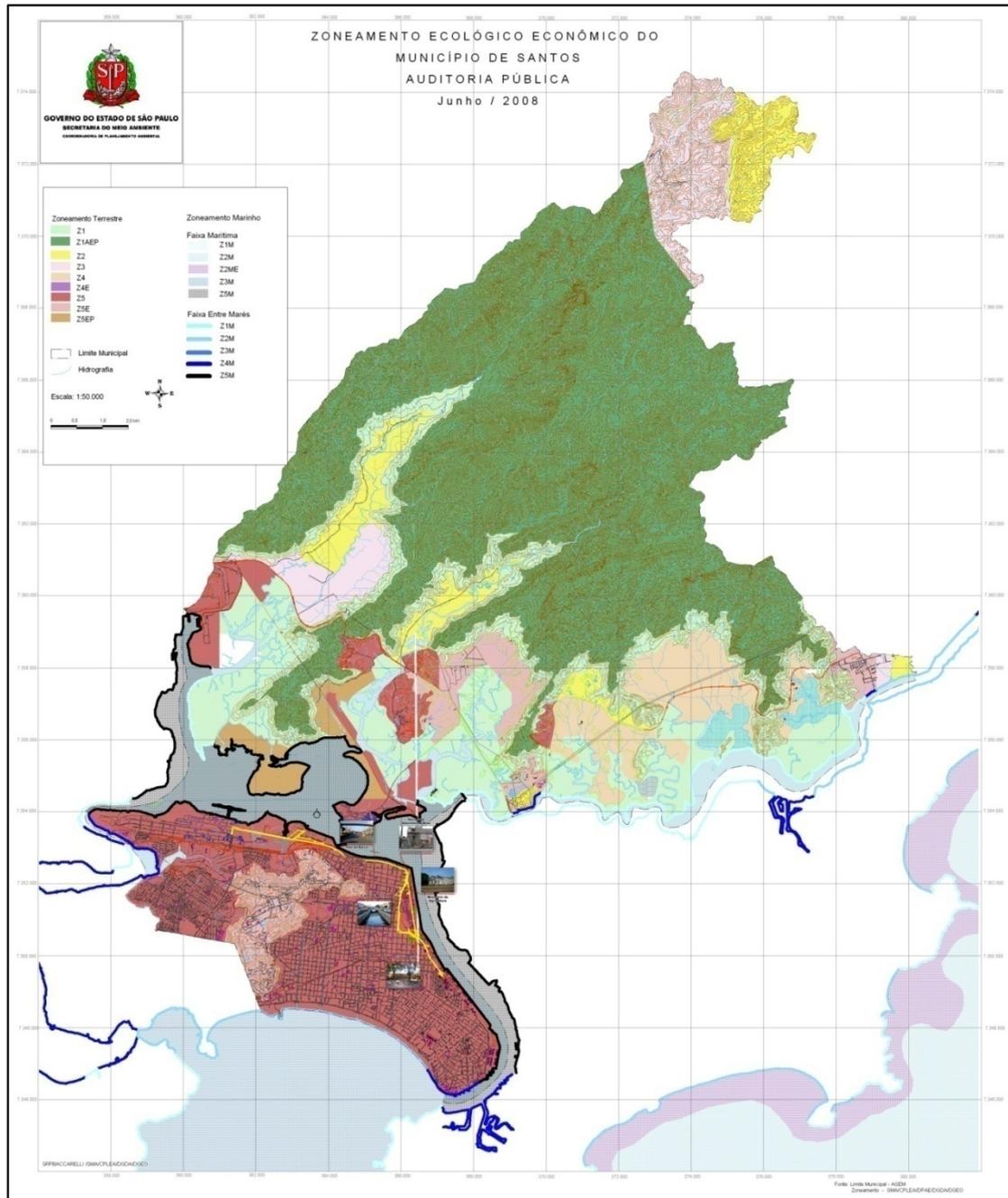


FIGURA 4 - Área de Influência Indireta (AII):

Contexto regional: Baixada Santista

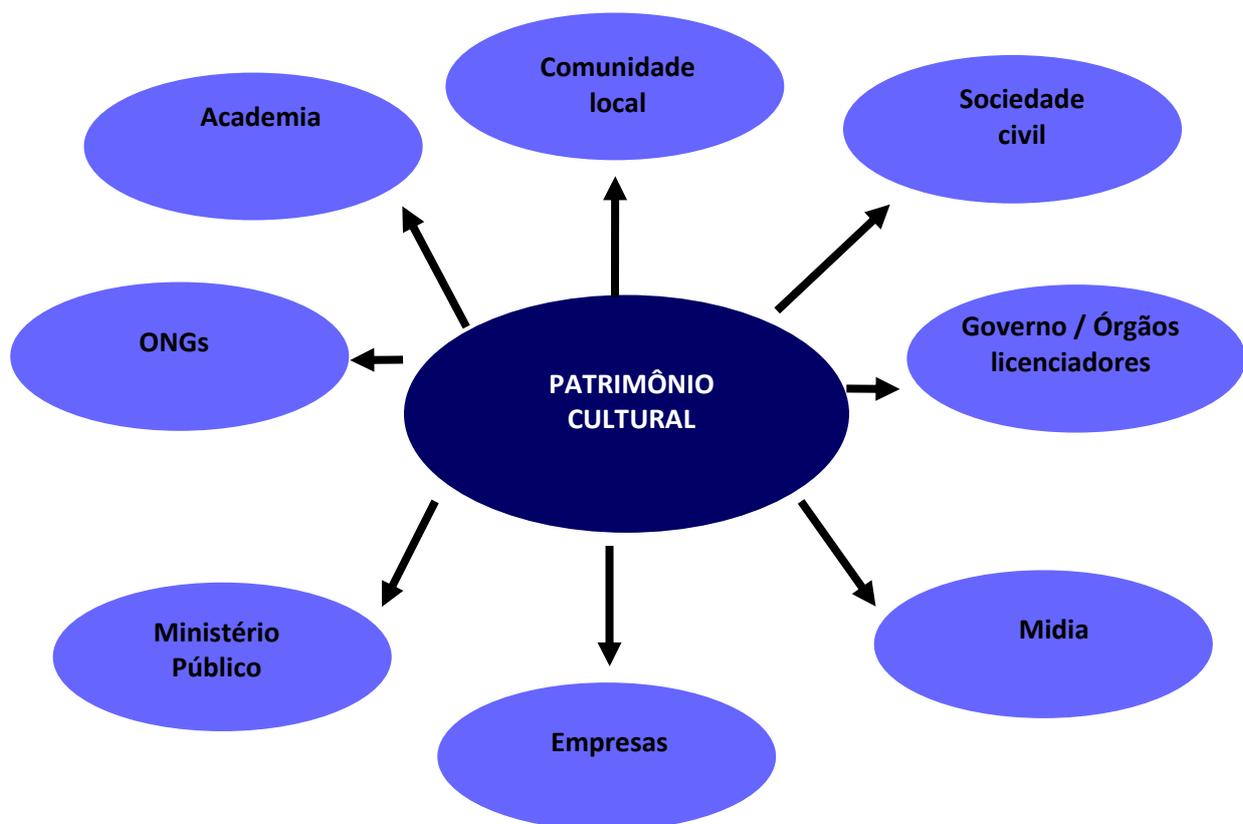
Contexto macro-regional: nacional e internacional aplicável a cidades portuárias.

Ações: contextualização científica de macro-cenários de ocupação.

ABRANGÊNCIA SOCIAL

Stakeholder, ou “parte interveniente” (ou ainda, interessada), diz respeito a todos os envolvidos em um processo. O alcance dos objetivos depende da participação de suas partes interessadas, e por isso é necessário assegurar que suas expectativas e necessidades sejam conhecidas e consideradas pelos gestores.

Ao longo do tempo a prática da Arqueologia se ampliou tanto em relação à sociedade, como também a grupos governamentais e não governamentais, abrindo um leque variado de stakeholders com os quais deve saber lidar. A figura abaixo sintetiza estas atuais partes intervenientes da prática arqueológica. O presente texto traz, assim, o lay-out de pesquisa definido através da abordagem científica, incorporando os objetivos, percepções e anseios da comunidade, em um processo dinâmico colaborativo e participativo.



Desenvolvimento

O desenvolvimento do Plano de Gestão, ao longo de sua Etapa 1 (março/08 a fevereiro/09) abrangeu ações voltadas a:

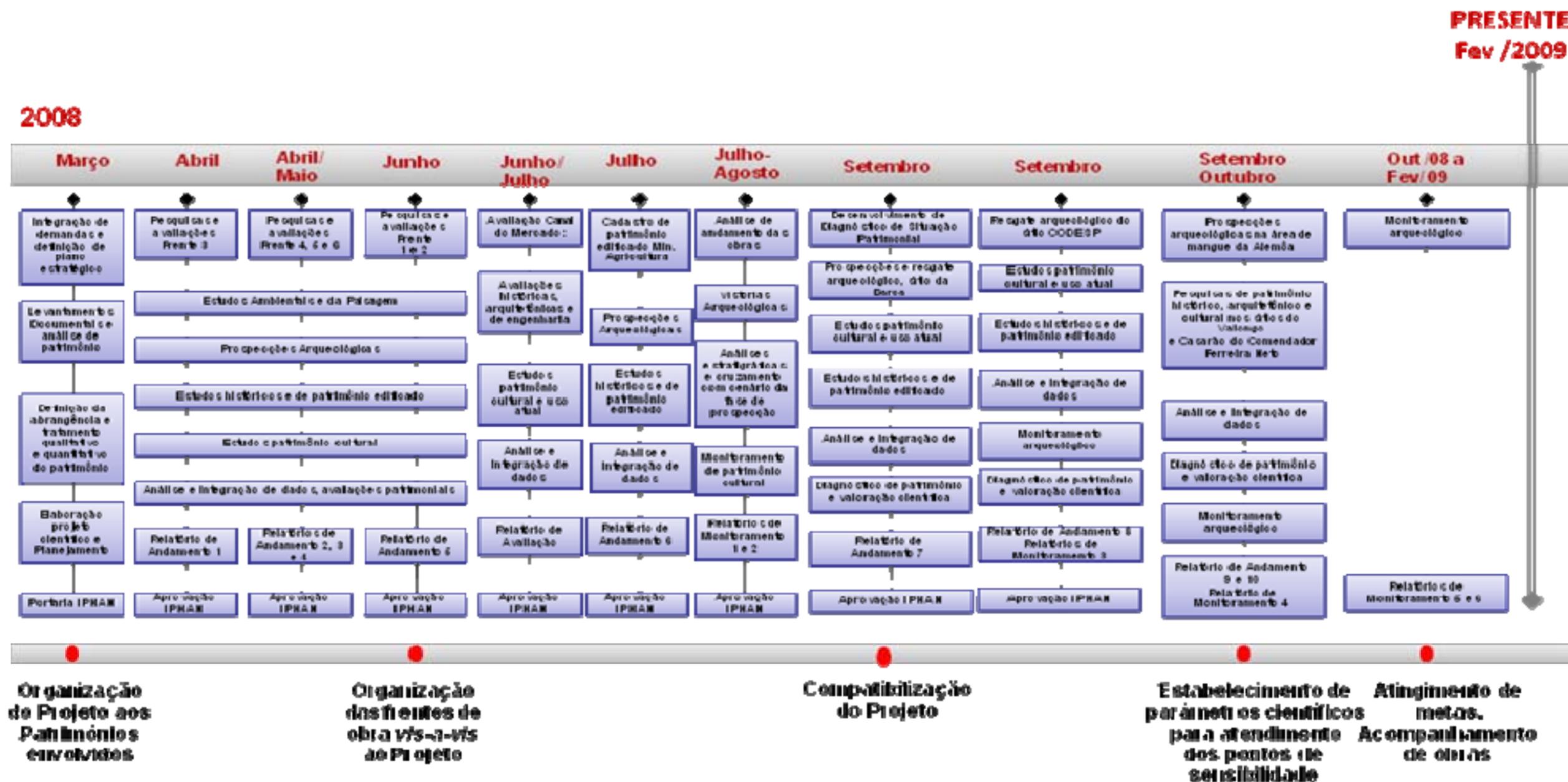
- Diagnóstico
- Prospecção
- Resgate
- Avaliação Patrimonial
- Monitoramento

A **Figura 5** organiza estas ações em uma Linha do Tempo, trazendo uma representação cronológica gráfica da pesquisa.

Em seguida, são apresentados quadros que detalham (embora ainda de forma sintética) as atividades desenvolvidas e já concluídas na ETAPA 1. Os quadros indicam, para cada atividade, as questões científicas envolvidas, as ações realizadas, a metodologia de trabalho e os resultados alcançados e/ou ainda em andamento. Finalmente, os quadros trazem pontos de destaque da pesquisa, ressaltando pontos de excelência nas abordagens científicas e metodológicas, em busca do atendimento ao patrimônio cultural envolvido.

Junto aos quadros são apresentadas figuras trazendo representações gráficas e iconográficas das pesquisas, ilustrando os trabalhos desenvolvidos e seus resultados.

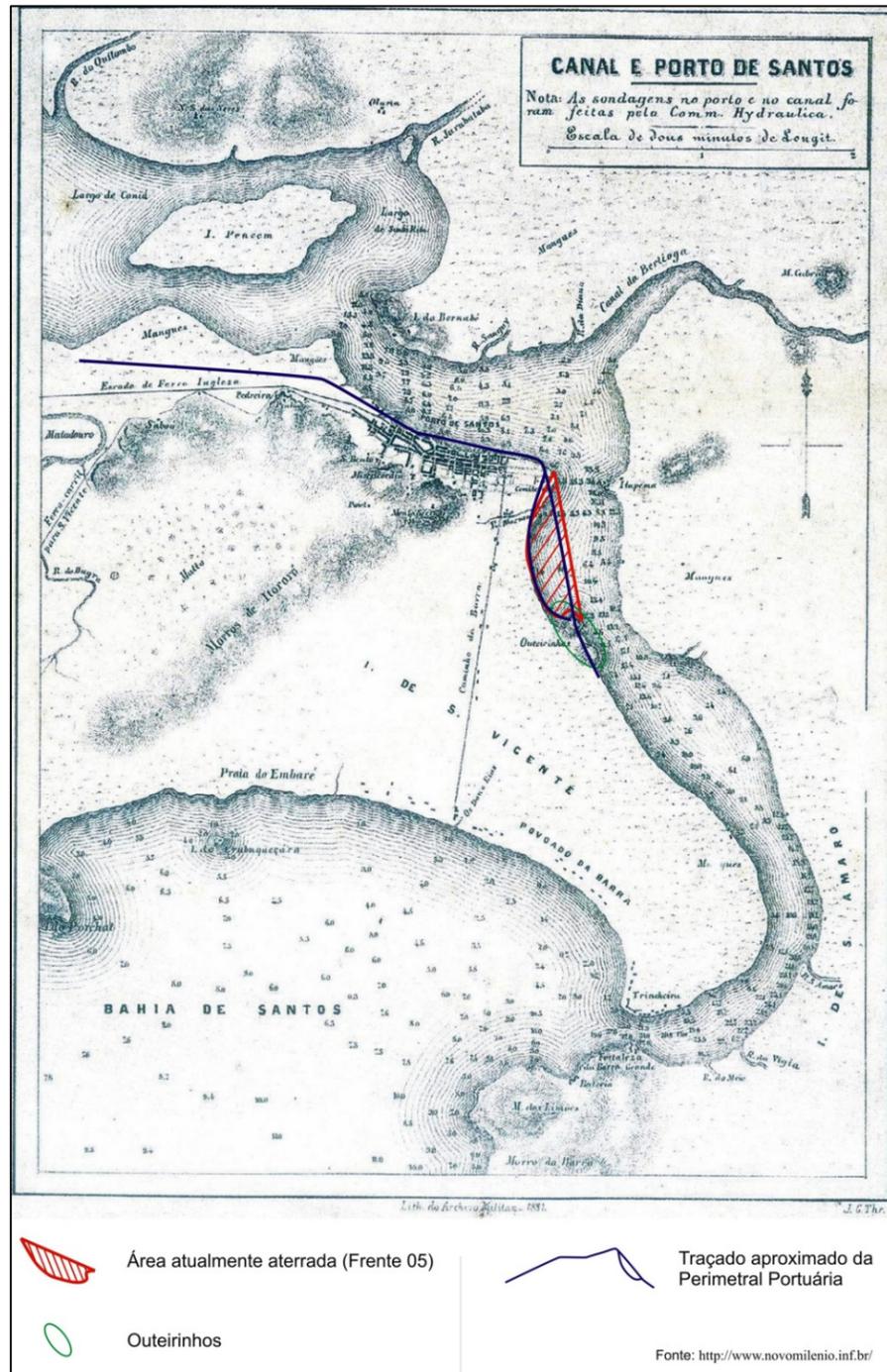
FIGURA 5 – Linha do Tempo



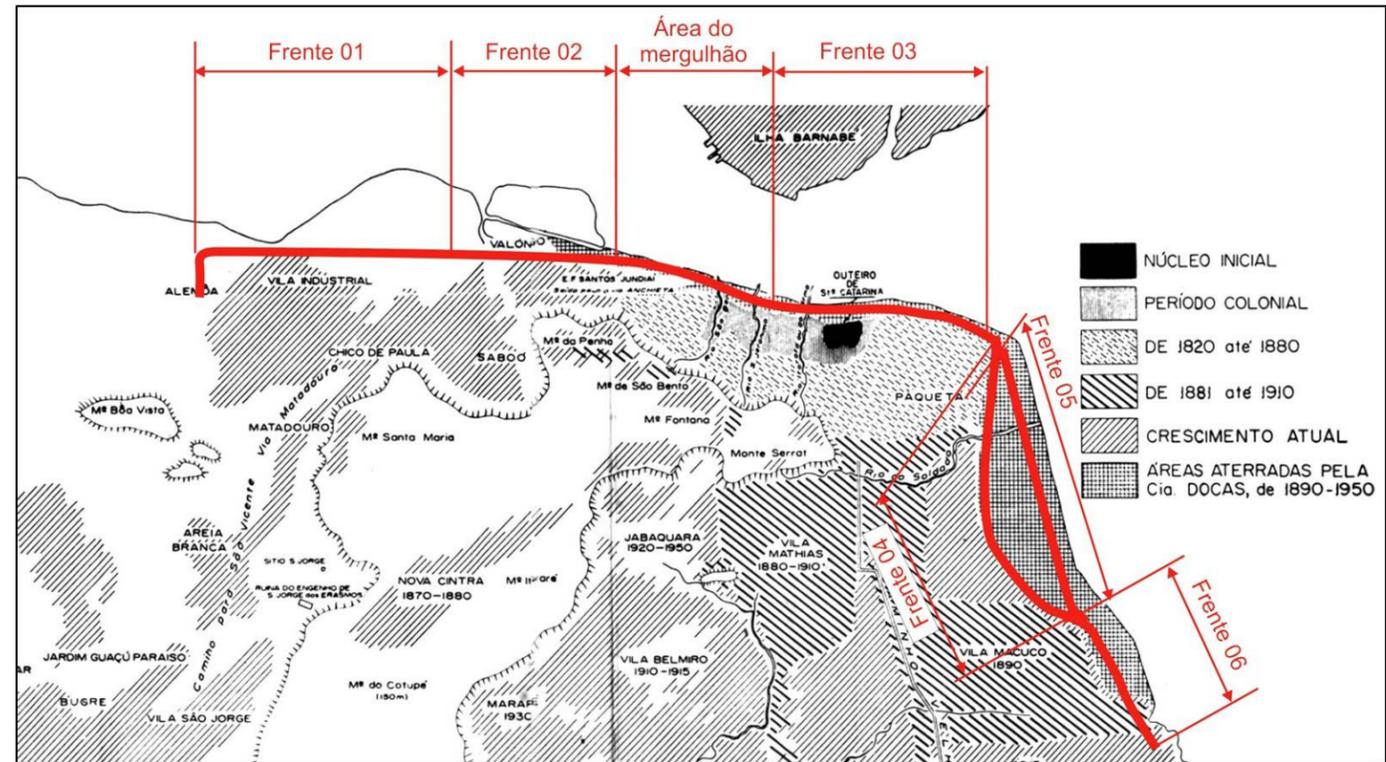
ETAPA 1 – Diagnóstico

Questão científica	Ações	Metodologia	Resultados
Estruturação do Plano de Manejo	<ul style="list-style-type: none"> - Integração de demandas, atendimento das vulnerabilidade para regularização - Integração com exigências legais e fases de licenciamento - Análise do EIA/RIMA Arcadis Tetraplan 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação conceitual da transdisciplinariedade - Estruturação do Plano por fases visando atendimento ao patrimônio e gerenciamento com cronograma da obra 	<ul style="list-style-type: none"> - Legalização da pesquisa: obtenção de Portaria IPHAN
Definição do contexto científico da pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento documental - Levantamento das demandas sócio-culturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação conceitual da Ciência Aplicada 	<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de quadro regional de ocupações humanas - Contextualização científica do patrimônio
Definição da abrangência espacial das pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> - Análises cartográficas - Análise de cartografia histórica - Estudos de evolução da paisagem - Análise sócio-cultural dos processos de ocupação do Porto de Santos 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação conceitual da Arqueologia da Paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação e caracterização das áreas de abrangência espacial do Programa (ADA, AID e AII)
Definição da abrangência patrimonial das pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem integrada dos patrimônios no contexto científico e sócio-ambiental do Porto de Santos 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação conceitual IPHAN, UNESCO, IAIA, IFC - Atendimento CONAMA / IPHAN 	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização dos patrimônios envolvidos, aliando atendimento da legislação, demandas científicas e sócio-culturais. - Atendimento CONAMA, IPHAN
Definição da abrangência sócio-cultural das pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> - Mapeamento dos stakeholders - Levantamento de aspectos identitários da comunidade perante seu patrimônio cultural 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação conceitual da Arqueologia Pública 	
Avaliação do patrimônio edificado marginal à Av. Portuária	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro de 100% dos bens edificados marginais à ADA 	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento, registro e avaliação dos bens edificados pela prática da Arquitetura Histórica 	<ul style="list-style-type: none"> - Inventário de bens edificados marginais à Av. Perimetral em estudo - Avaliação de risco pela obra
Elaboração de Diagnóstico Patrimonial e Plano	<ul style="list-style-type: none"> - Valoração científica do patrimônio atingido pelas obras 		<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização do patrimônio envolvido e análises de impactos - Recuperação da Fase de Diagnóstico - Estabelecimento de quadros arqueológicos e históricos regionais - Permite aproveitamento / sinergia para novos projetos regionais

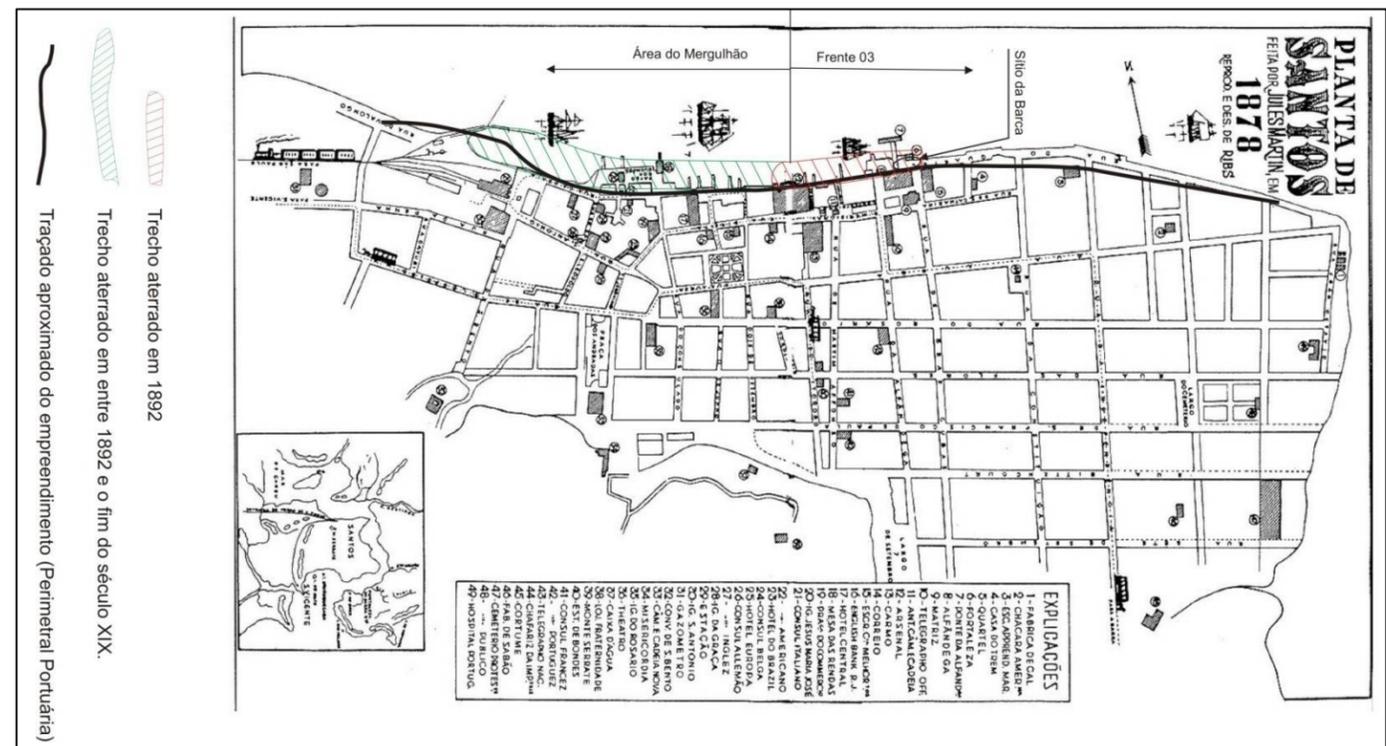
FIGURA 6 – Estudos da paisagem



Traçado aproximado da Perimetral Portuária MD, da grande área aterrada (Frente 5) e localização dos Outerinhos em Planta do Canal e Porto de Santos de 1881.

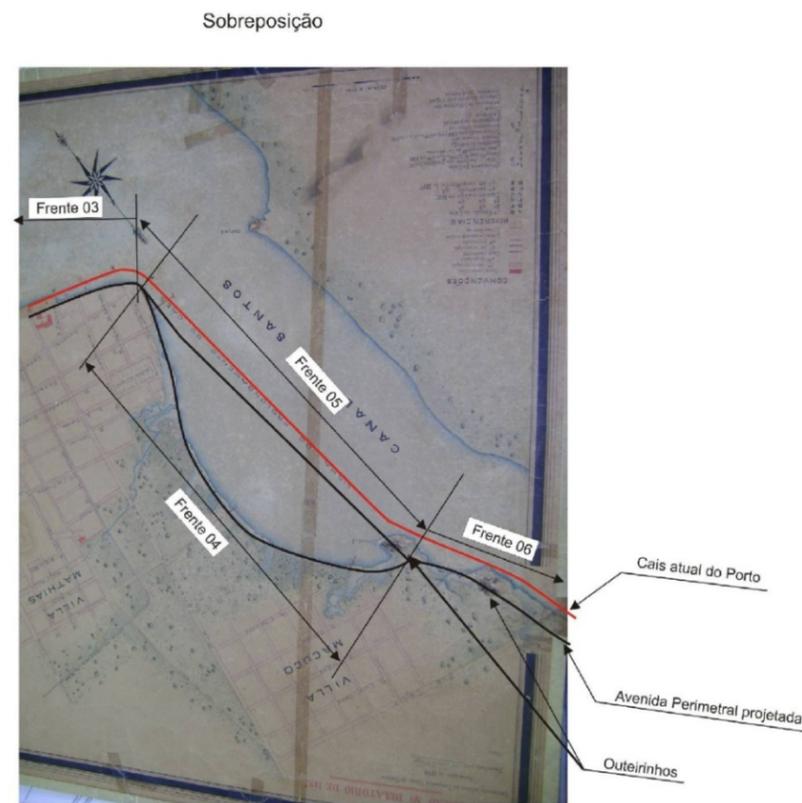


Excerto do mapa de expansão urbana da cidade de Santos até meados da década de 1960 (Ab'Saber 1965) com localização das Frentes de Obra.

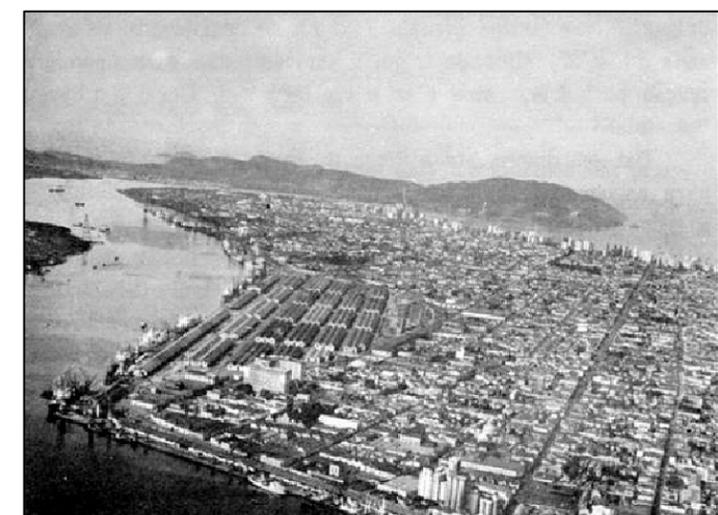
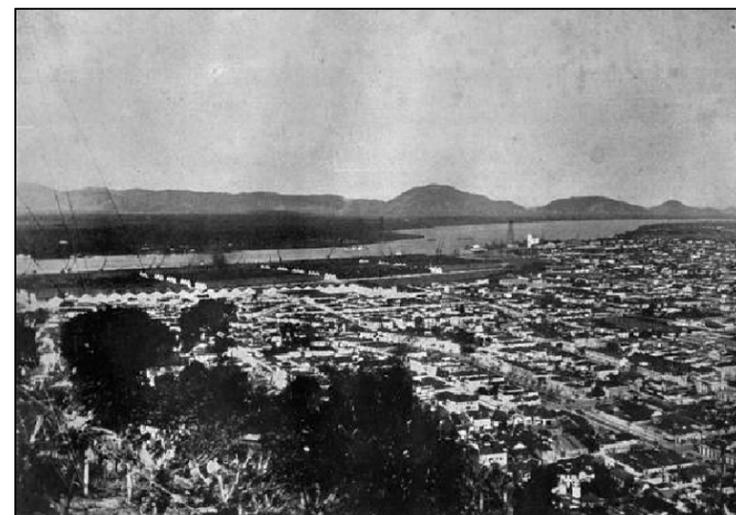
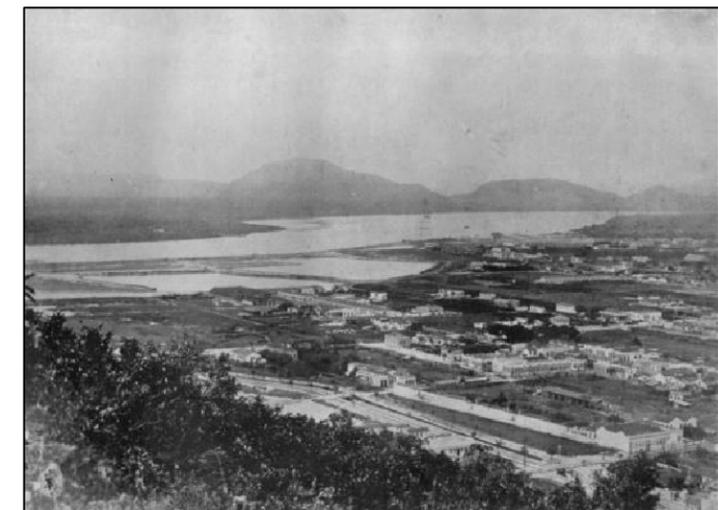
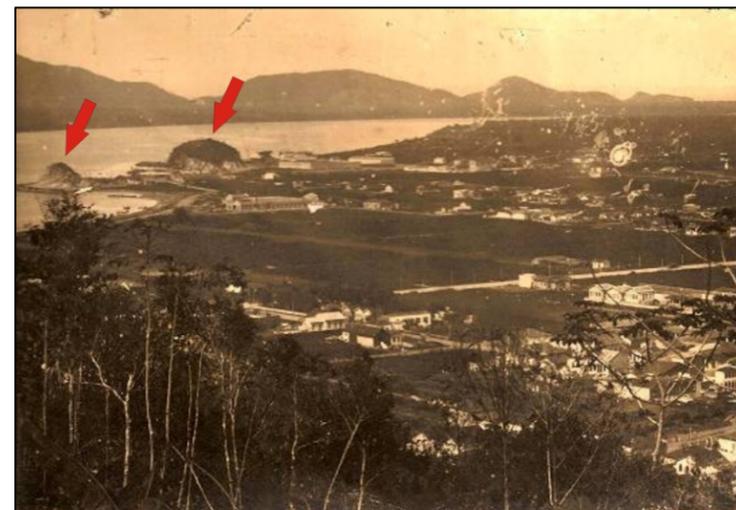


Primeiros trechos alterados para implantação do porto atual de Santos.

FIGURA 7 – Estudos de evolução urbana do Porto de Santos

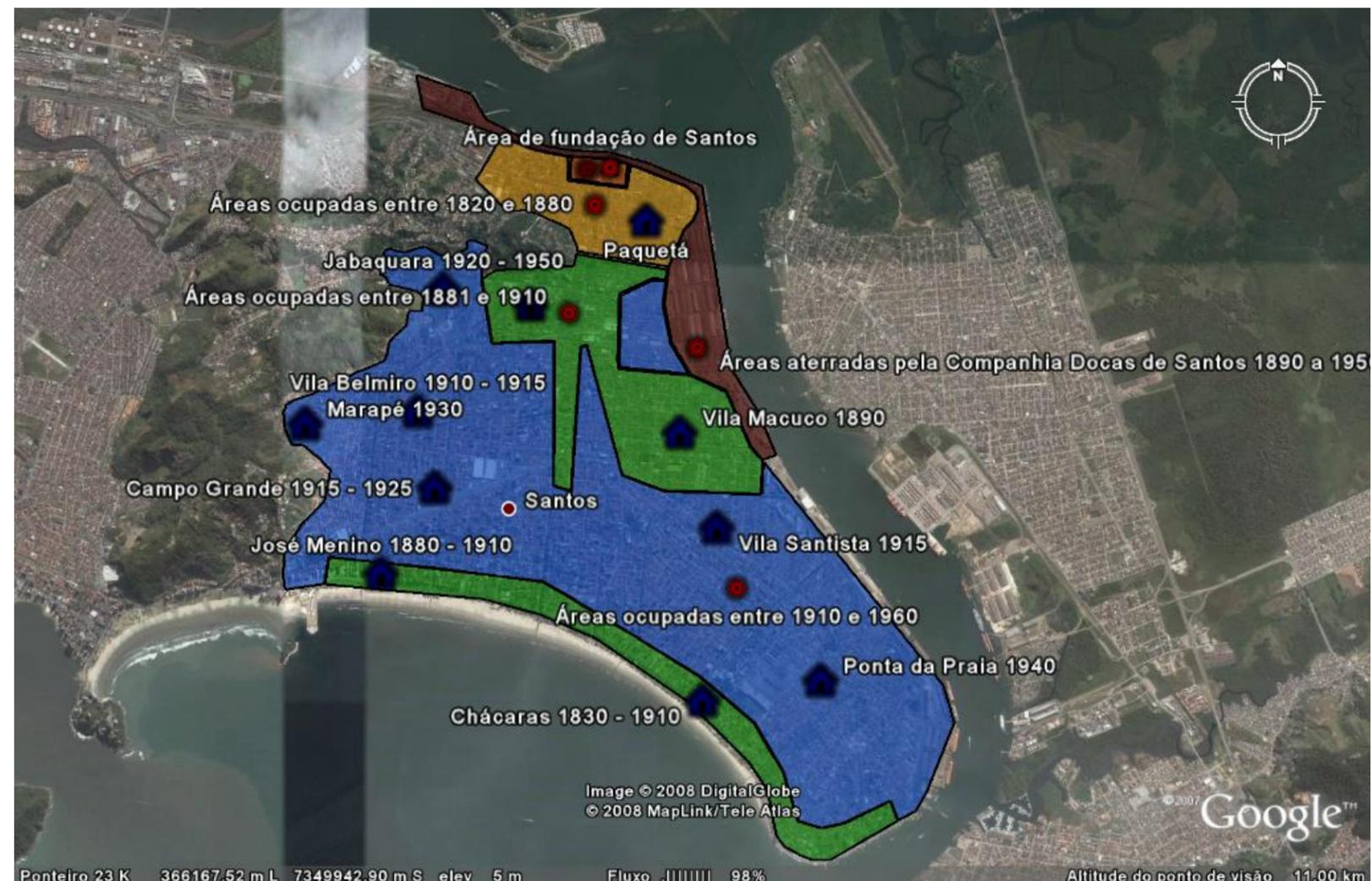
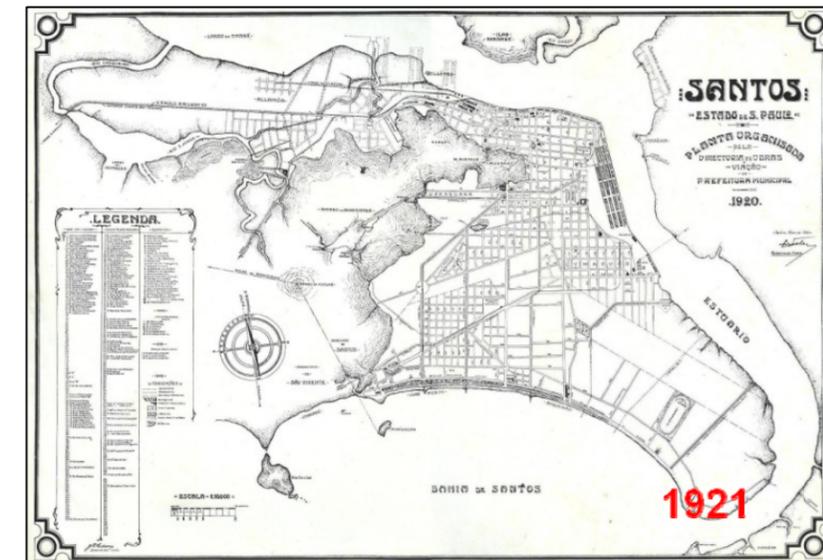
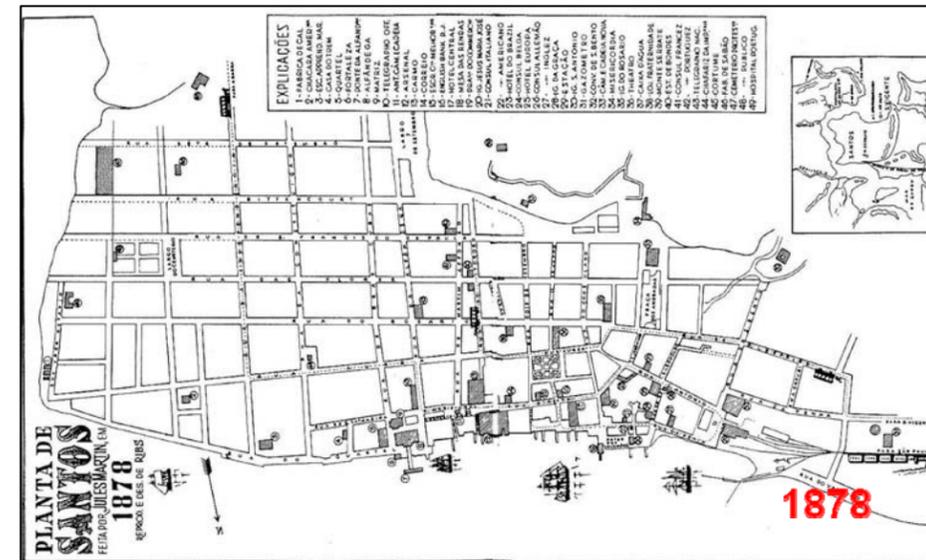
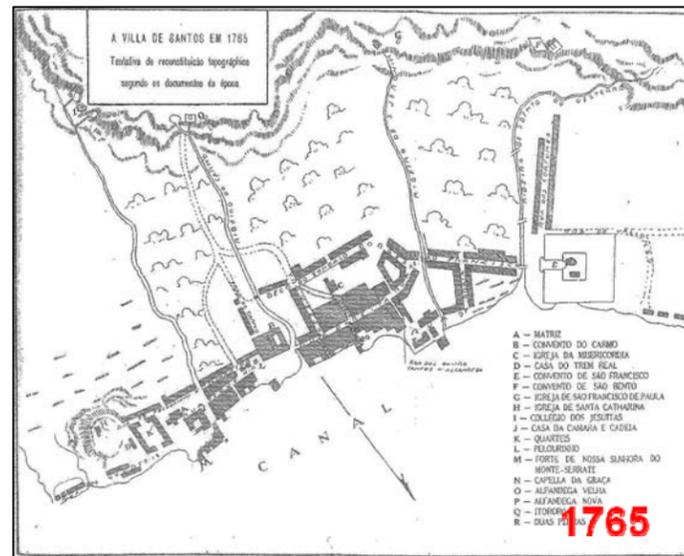


Figuras acima: projeções da linha da costa, execução de aterros e traçado da Av. Perimetral.



Fotografia da área do Porto de Santos. Em sentido horário: início do século XX (com indicação dos Outeirinhos); 1910 (já sem os Outeirinhos), 1932 e 1980.

FIGURA 8 – Cartografia histórica e zoneamento de evolução urbana do Porto de Santos



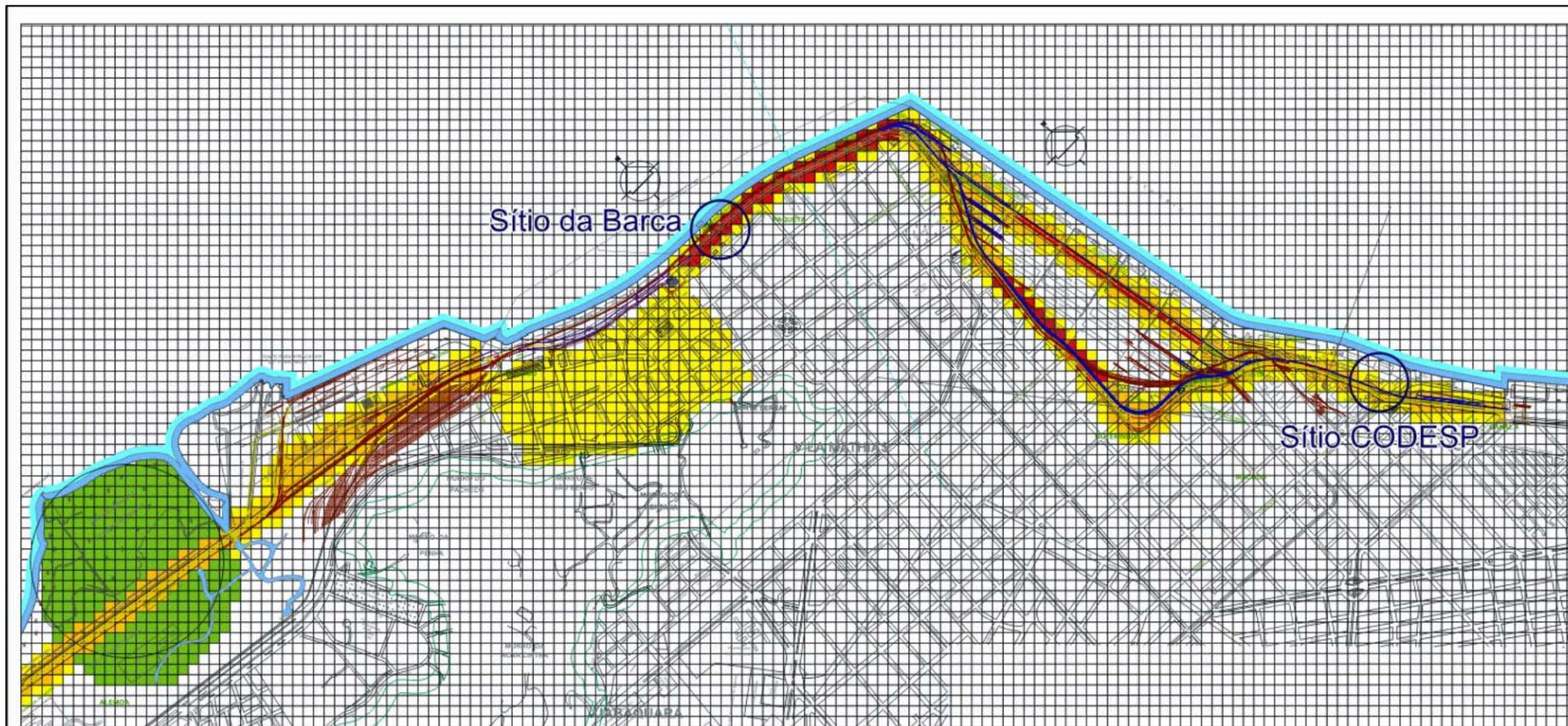
Evolução urbana do Porto de Santos com datas de surgimento dos bairros.

Ao lado direito, figura esquemática com sistematização das informações.

Etapa 2: Prospecção

Questão científica	Ações	Metodologia	Resultados
- Tratamento de área portuária	- Análise de risco de intervenção na infraestrutura subterrânea do Porto de Santos	- Cruzamento Cartografia Histórica e evolução de aterro do Porto de Santos	- Análise transdisciplinar dos contextos e variáveis sócio-ambientais envolvidos.
- Definição da amostragem de pesquisa e nível de acuracidade científica	- Detalhamento de escavações em áreas potenciais	- Análises estratégicas de procedimentos arqueológicos de campo - Montagem de trilha de auditoria	- Determina conhecimento integral do patrimônio envolvido, eliminando vulnerabilidades - Recuperação de integridade científica, atendimento da legislação, continuidade natural da obra.
- Operacionalidade das prospecções e estudos estratigráficos	- Abertura de poços-teste ao longo da Av. Perimetral distantes 30 metros entre si, ou 15 m quando nas imediações de bens tombados ou nas porções da avenida onde já haviam sido iniciadas as obras.	- Abertura de 1.870 poços-teste - Abertura de 30 sondagens para detalhamento da estratigrafia - Cruzamento com dados das sondagens geológicas - Aprofundamento dos PTs e sondagens até solo original, rocha ou lençol freático - Peneiramento de todo material retirado - Documentação/ trilha de auditoria	- 100% da área prospectada - Caracterização da evolução da paisagem do porto de Santos, em especial, da formação dos aterros
- Análise dos materiais associados	- Curadoria, inventário e análise científica dos vestígios materiais coletados	- Padrões internacionais de curadoria e conservação	- Tratamento de acervo - Disponibilidade para pesquisas - Disponibilidade para ações educativas
- Apresentação de resultados	- Sistematização de dados - Elaboração de cartografia ilustrativa de apoio - Checagens metodológicas - Análises quantitativas - Elaboração de Relatórios de Andamento.	- Análises transdisciplinares - Documentação/ trilha de auditoria	- Desembargo das obras por trechos tratados Recuperação da Fase de Prospecção (Portaria IPHAN 230/02) - Estabelecimento de modelos metodológicos de prospecção permitindo aproveitamento/sinergia para novos projetos e tratamento integrado do patrimônio do Porto de Santos - Apresentação de Zoneamento Arqueológico

FIGURA 9 – Atividades de prospecção



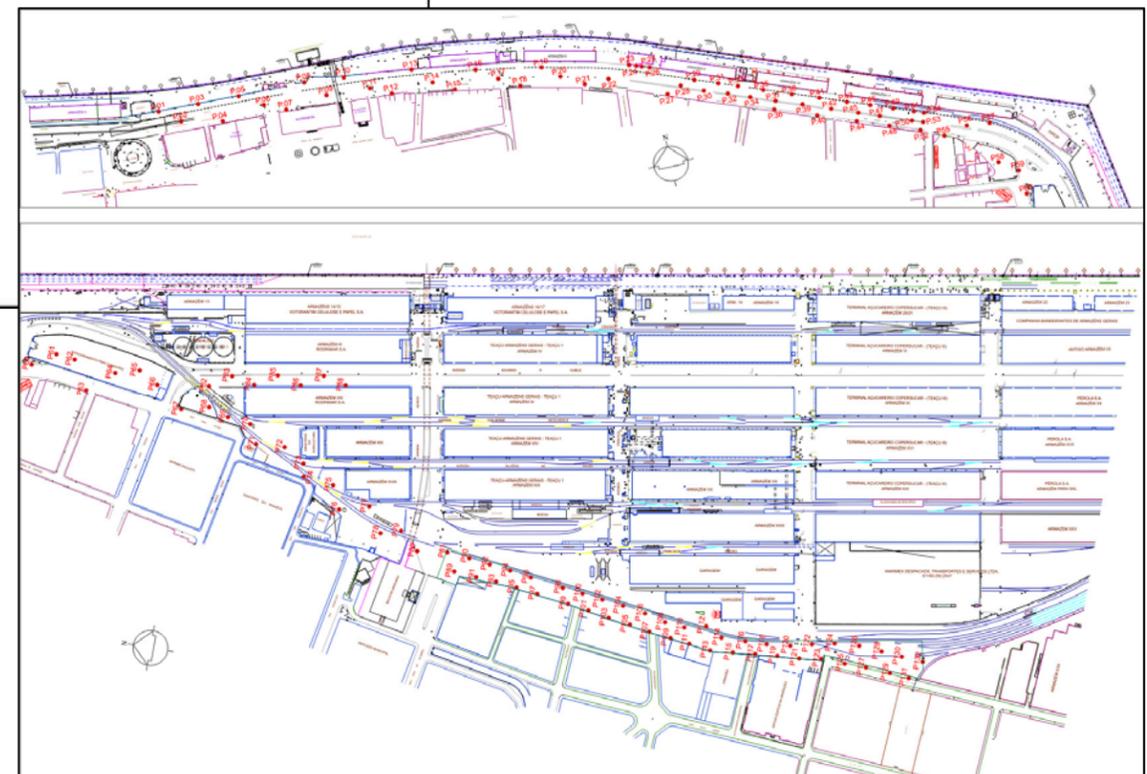
- Prospecção de varredura (áreas com obras iniciadas)
- Prospecção de varredura
- Cadastro Patrimônio Edificado
- Prospecção All

ATIVIDADE: Prospecções no trajeto da Av. Perimetral MD:

- Índice de 100% de áreas prospectadas
- Abertura de 1.870 poços-teste, 30 sondagens
- Definição de Zoneamento Arqueológico
- Identificação de 2 sítios arqueológicos

Ao lado, modelo de prospecções sistemáticas no trajeto da Av. Perimetral, margem direita, implantado durante as prospecções.

Abaixo, localização da malha de poços-teste em uma parte do trajeto, exemplificando a atuação dos levantamentos.



Etapa 3: Resgate

Questão científica	Ações	Metodologia	Resultados
- Caracterização dos vestígios arqueológicos do sítio da Barca e escavação das estruturas	- Cruzamento dados geológicos, cartografia histórica, evolução Porto de Santos - Abertura de áreas amplas de escavação - Documentação/trilha de auditoria	- Análises sistemáticas de formação dos depósitos antropogênicos - Mapeamento de áreas de distribuição de vestígios - Escavações sistemáticas - Documentação sistemática de dados e coleta de acervo	- Definição da natureza dos vestígios associados - Relacionamento de vestígios com fases de ocupação do Porto de Santos - Resgate do sítio arqueológico. - Obtenção de conhecimento científico
- Escavação do sítio CODESP	- Abertura de áreas amplas de escavação - Registro e pesquisa de patrimônio edificado - Documentação/trilha de auditoria	- Escavações sistemáticas - Abertura de áreas amplas de escavação e trabalho por níveis naturais de ocupação (decapagem) - Documentação sistemática de dados e coleta de acervo	- Resgate do sítio arqueológico - Obtenção de conhecimento científico - Relacionamento de vestígios com fases de ocupação do Porto de Santos - Atendimento à legislação
- Tratamento de dados	- Sistematização da documentação - Organização Banco de Imagens - Análise integrada de informações	- Elaboração de Bancos de dados digitais -	- Caracterização científica dos sítios arqueológicos escavados - Obtenção de acervo documental
- Análise dos materiais associados	- Curadoria, inventário e análise científica dos vestígios materiais coletados	- Utilização de procedimentos internacionais de tratamento e técnicas de laboratório	- Obtenção de acervo arqueológico - Obtenção de conhecimento científico.
Análises científicas e valoração de patrimônio	- Desenvolvimento de análises de valoração e de possíveis danos ao patrimônio.	- Análise integrada dos resultados das disciplinas - Atribuição de valores patrimoniais - Análises de contexto anterior	- Atendimento à demanda do IPHAN e MP.

FIGURA 11 – Atividades de resgate, sítio CODESP



Acima, mapa com localização das escavações arqueológicas no sítio CODESP.

Abaixo, sequência de fotos trazendo momentos dos trabalhos na área.

Acima à direita, estudos de cartografia histórica sobrepostos a imagem de satélite, para localização de antigos edifícios históricos de Santos.

Abaixo, à direita, estudos da estratigrafia do sítio CODESP e formação das camadas culturais e de aterro.



Sondagem 10. Estratigrafia.

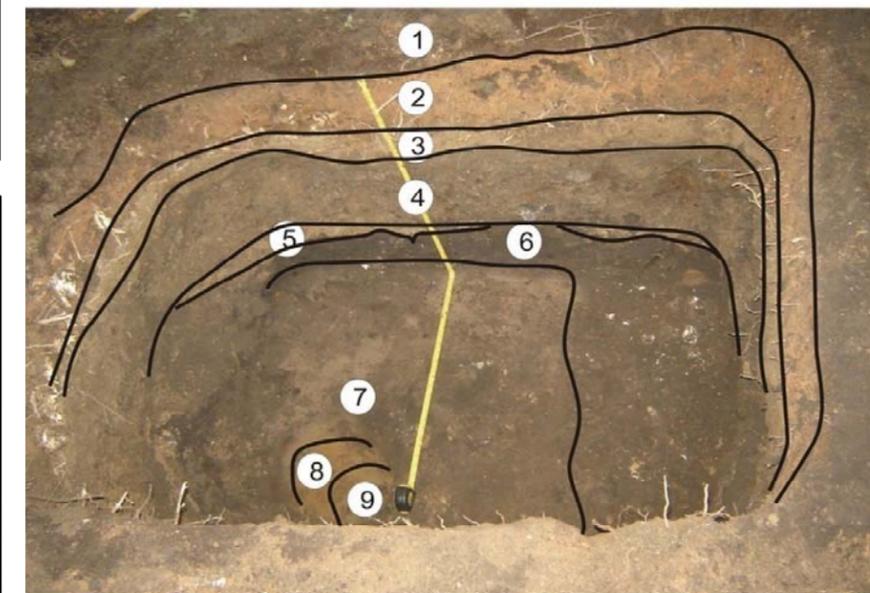
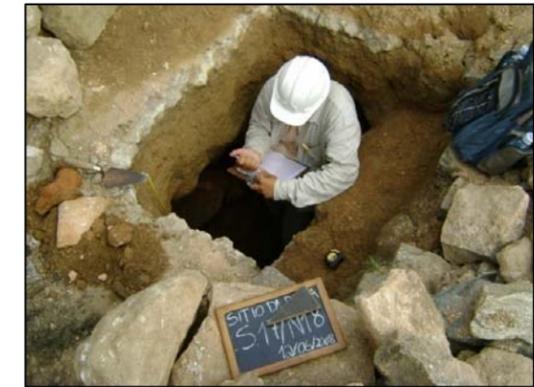
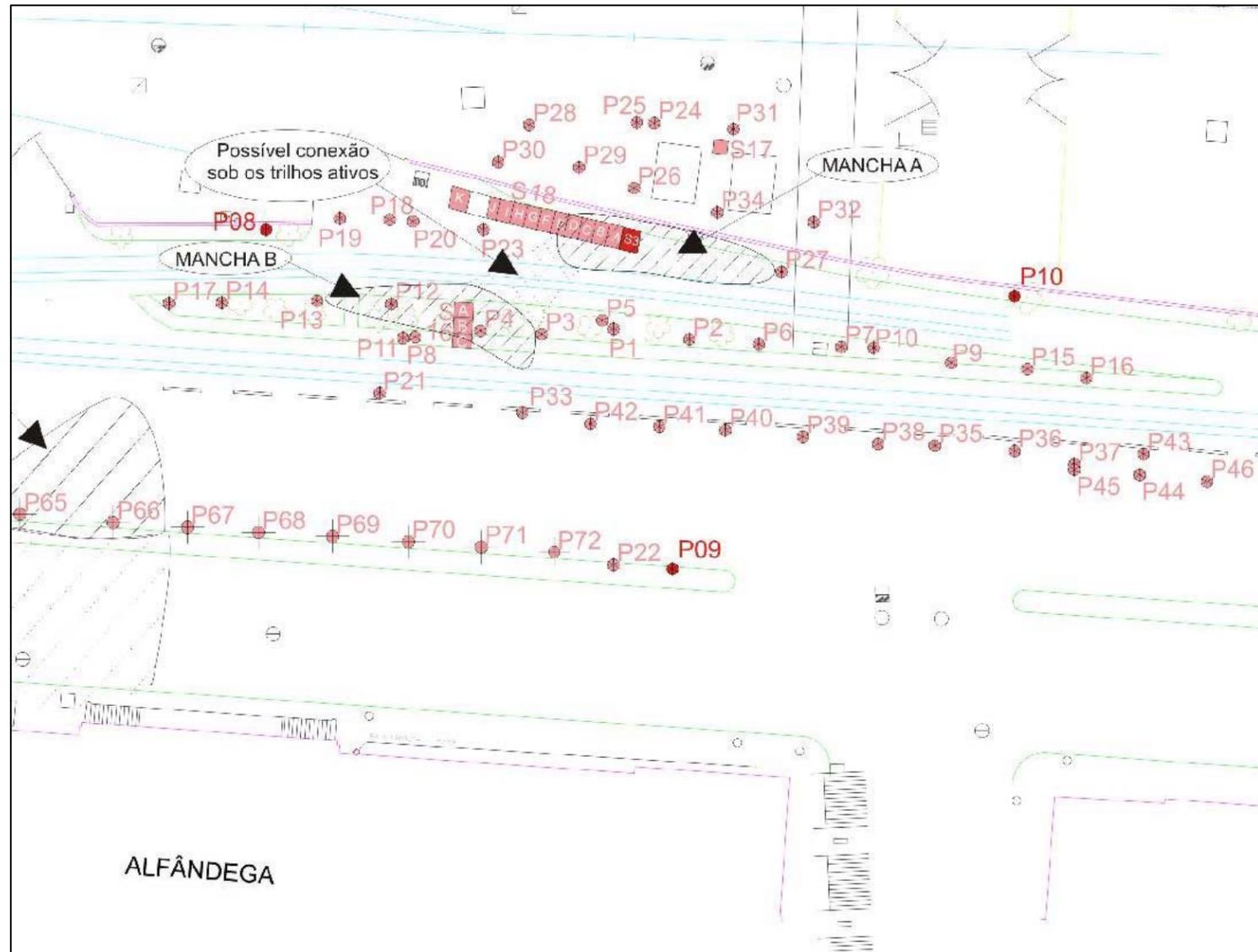


FIGURA 12 – Atividades de resgate, sítio da Barca



À esquerda, esquema das escavações realizadas no Sítio da Barca, em meio aos itens de infra estrutura (muros, ferrovia, rodovia, calçadas, fiações, etc).

Acima, fotos das escavações no local.

Abaixo, sequência de análises estratigráficas e de formação das camadas antropogênicas (aterros).

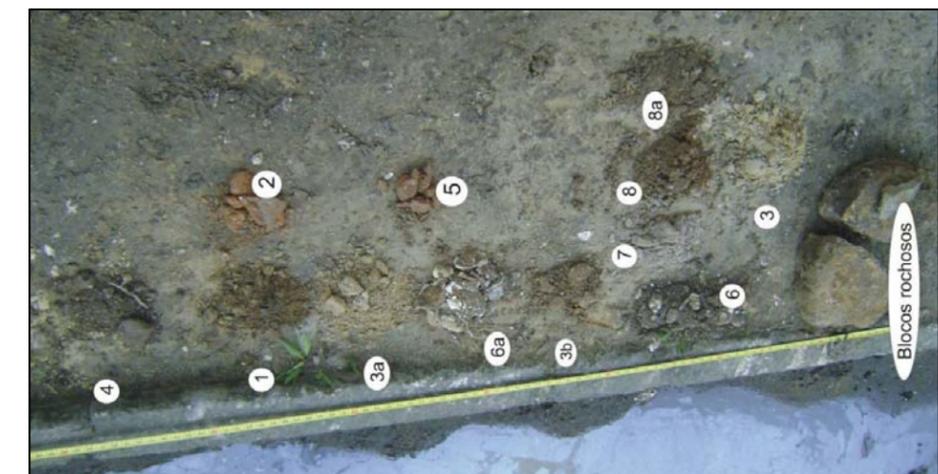
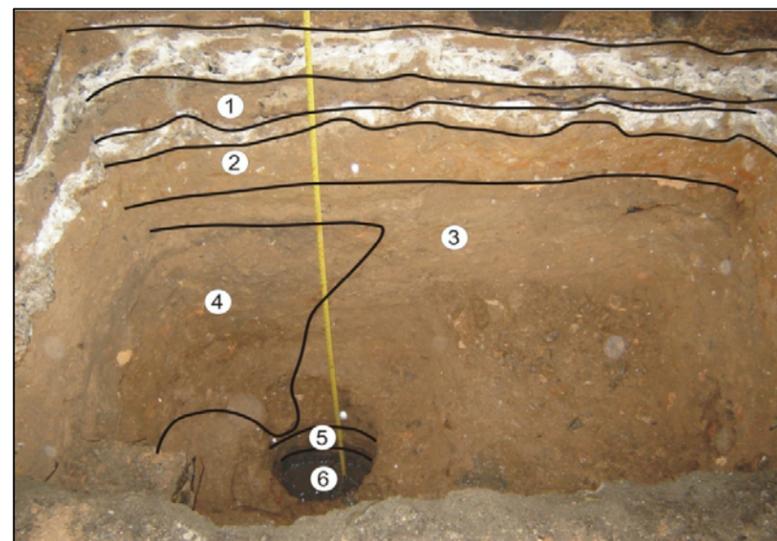
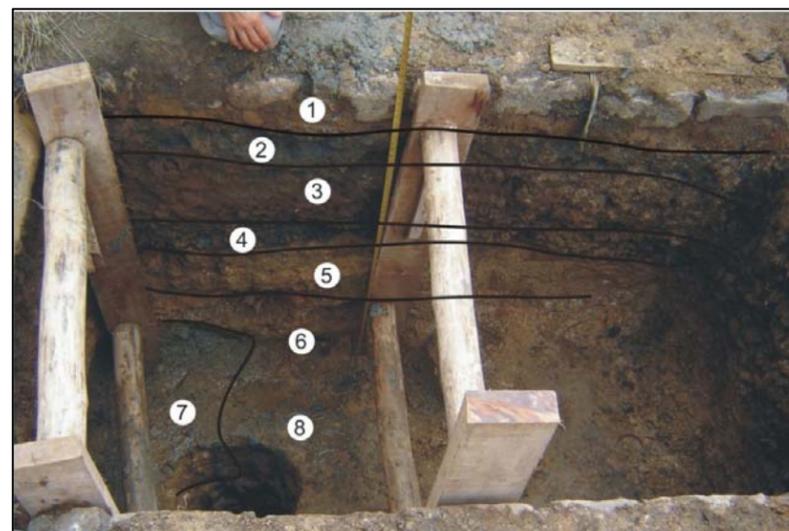


FIGURA 13 – Curadoria e análises de acervo



Acima, exemplares de material arqueológico coletado, curado e analisado.



Acima, registro fotográfico do Laboratório de Arqueologia do Núcleo de Estudos Estratégicos / UNICAMP. Atividades de curadoria e análise do material coletado.

Ao lado, detalhe de medidas e registros, na análise individual das peças coletadas.



Ações e resultados

Como resultado das ações desenvolvidas e sintetizadas nas páginas anteriores, entre os meses de março a outubro/08 foram elaborados e entregues 6 Relatórios de Andamento, dando contas das atividades de Diagnóstico e Prospecção do patrimônio envolvido para todo o trecho de 9,2 km da Avenida Perimetral.

Por outro lado, durante o mês de maio/08 este Plano de Gestão incorporou também a atividade de resgate, considerando a identificação de vestígios arqueológicos durante a etapa de prospecção, para os quais foram elaborados e entregues outros dois Relatórios de Andamento (Relatórios 7 e 8), além do Relatório 9 (que apresenta a valoração do patrimônio envolvido nas áreas onde haviam sido iniciadas as obras da Av. Perimetral antes da realização de pesquisas patrimoniais preventivas) e do Relatório Final (que traz o resultado das prospecções no área de mangue da Alemôa e a delimitação dos sítios arqueológicos do Valongo e Casarões do Comendador Ferreira Neto.

Considerando, ainda, a necessidade de ser desenvolvida a atividade de monitoramento arqueológico na área da Av. Perimetral Portuária durante o período de obras, esta atividade foi também incorporada ao presente Plano de Gestão, a partir de 06.06.08. Vale salientar que, antes desta data, o monitoramento esteve sob responsabilidade da arqueóloga Dra. Eliete P. Maximino, da empresa ELIMAX Ltda.

Até o momento foram elaborados e entregues 8 relatórios mensais de monitoramento, referentes ao período de 06.06 a 06.02.09.

Todos estes documentos trazem em detalhe o conjunto de ações e resultados obtidos na Etapa 1 do Plano de Gestão, bem como em suas ações continuadas de Monitoramento.

PARTE 2 :

CONCEITUAÇÃO CIENTÍFICA

Síntese conceitual

Os tempos contemporâneos exigem novos posicionamentos das Ciências Sociais, em relação aos seus objetos de estudos. No caso da Arqueologia, já na década de 1980 a corrente pós-processualista alertava sobre sua responsabilidade ética sobre o passado. Estas mudanças levaram a Arqueologia a conquistar novos espaços, que ampliam seus horizontes de atuação, dando maior robustez e consistência ao seu papel social e, também, gerando novas interfaces de trabalho, ou determinando novas configurações àquelas já existentes.

Hoje, as mais recentes referências de preservação, que ampliam os conceitos e abrangência de patrimônio¹ ao agregar novos valores a serem preservados², também contribuem para a extensão da abrangência científica da Arqueologia. Não há como pensar na pesquisa arqueológica sem uma **perspectiva transdisciplinar** para o trato à preservação do patrimônio cultural, em seu *latu sensu*.

Dessa forma, as ações sociais da Arqueologia tornaram-se cada vez mais comuns, com os pesquisadores preocupados em tratar o relacionamento entre a pesquisa, o manejo de bens culturais e os grupos sociais envolvidos. Estas atitudes contribuem na medida em que há o fortalecimento de vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às atividades de preservação.

¹ A própria definição de patrimônio, presente na Constituição, artigo 216, retrata a abrangência deste conceito uma vez que o define como o conjunto de bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira: as formas de expressão; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

² Sobre esses valores, "(...) o patrimônio cultural brasileiro não deve se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história oficial, mas devem incluir também manifestações culturais representativas para outros grupos que compõem a sociedade brasileira (...)" (LONDRES *Apud* SANTILLI, 2005, p. 77).

Nesse sentido, o arqueólogo tem um papel social a exercer, em seu significado mais amplo. De nada adianta pesquisas extremamente complexas e abrangentes, se a comunidade a que pertence este passado ou que, pelo menos, está indiretamente relacionada a ele, não participar das pesquisas e desconhecer os seus resultados. Assim, embora o passado tenha espaço na pesquisa científica do arqueólogo, o seu papel social leva a realizar ações que envolvem a compreensão do presente, visto como história contínua e não uma história do “outro”, e do futuro.

Neste enfoque, a Arqueologia contribui na busca da sociedade em descobrir a relação com o seu passado envolvendo inúmeras dimensões, as quais, muitas vezes, refletem tensões e dinâmicas sociais mais amplas. Elas dizem respeito aos procedimentos de identificação, incorporação, negação, preservação, destruição, promoção, recuperação ou esquecimento dos marcos históricos e culturais presentes na região, que dependem das populações locais para se manterem vivos. Isso quer dizer que cada item do patrimônio se envolve em tramas específicas das sociedades exigindo, portanto, tratamento diferenciado e singular.

Dessa forma, os diferentes patrimônios de uma determinada comunidade, bairro, região etc., envolvem a análise dos PROCESSOS CULTURAIS da sociedade, ou seja, suas histórias, tradições, manifestações, costumes etc. Como defende a UNESCO, é preciso conhecer mais profundamente o processo de produção desses bens culturais. É preciso compreender as práticas culturais, identificá-las, conhecer sua relação com a cidade, os lugares, o meio ambiente. É preciso conhecer os atores do processo cultural, seja no papel de produtores, de consumidores ou de gestores, pois somente na medida em que reconhecemos esses bens culturais enquanto pertencentes à nossa história e memória, é que garantimos sua valorização e proteção.

Neste longo caminho o arqueólogo, trabalhando com a comunidade, tem o papel de estimular o sentido de pertencimento às diversas histórias, aos variados passados, aos diferentes bens culturais, de forma a orientar as pessoas como gestoras de seu próprio futuro, visando não somente o desenvolvimento sustentável, mas também o desenvolvimento cultural da sociedade, independente de seu grupo social.

Eusébio Leal, um dos responsáveis pelo projeto de gestão pública desenvolvido no centro histórico de Havana que envolve amplo trabalho com as comunidades locais, em uma entrevista cedida ao jornal *Tribuna de La Habana*, relata que,

“Confesso-lhe que somos formados como intelectuais puros, como especialistas que, desde nossos gabinetes ou laboratórios, nos ocuparíamos, preferentemente, dos museus, monumentos e sítios arqueológicos (...). A vida, entretanto, nos levou a considerar – e hoje afirmamos rotundamente – que em nossos países, possuidores de um vasto legado patrimonial, é impossível atuar nos campos da preservação se isso não contempla uma vocação de desenvolvimento social e comunitário.

No que diz respeito às ações de desenvolvimento cultural, caso não diferente encontramos na cidade portuária de Santos. O entorno do porto, localizado na região central, abriga uma variedade de grupos sociais, especialmente de populações marginalizadas como trabalhadores informais, prostitutas, catadores de papelão, dependentes químicos etc. Assim, os valores culturais da região não estão apenas contidos nos edifícios históricos que a compõem, pois seus habitantes lhe conferem um caráter singular, uma vez que a paisagem urbana está indissolúvelmente ligada à paisagem humana.

Dentro desta perspectiva, fundamentada na importância das ações de **Arqueologia Pública** desenvolvida com a comunidade, a Educação Patrimonial tem papel indispensável, já que a sua prática tem como foco transcender o esforço escolar regular e alcançar a sociedade em geral, no intuito de contribuir para o estreitamento de vínculos dos atores sociais com o seu patrimônio.

Finalmente, a conceituação teórica da pesquisa está apoiada no tratamento de Paisagens Culturais, voltada para a análise dos processos e formas de apropriação do espaço ao longo do tempo. Dentre a polissemia que atualmente permeia o tema, paisagem é definida por Bertrand (*apud* CONTI 2003:59) como sendo “o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, os quais, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução”. Sob esse aspecto, a paisagem deve ser entendida como um conjunto de elementos

articulados em determinada porção do espaço, constituindo um fenômeno em constante processo de transformação, seja por fatores naturais ou culturais.

Por outro lado, a paisagem representa um espaço definido pela percepção do observador incorporando, portanto, uma série de perspectivas simbólicas. Tal percepção vincula simbolicamente o lugar e o observador refletindo, desta forma, não apenas as características físicas do lugar mas, também, a *visão de mundo* do observador. Em seu artigo “*A Paisagem como fato cultural*”³, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2002) bem abordou as questões de percepção e apropriação da paisagem. Segundo este autor “... não há paisagem sem um observador. A percepção visual é, desta forma, uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem (Meneses 2002:32).

Da mesma forma, a abordagem holística vai além da interdisciplinaridade, adotando o princípio da transdisciplinaridade, que visa a compreensão da realidade estabelecendo uma relação de complementaridade entre ciência e tradição. Como não podia deixar de ser a Arqueologia, situada na confluência das disciplinas humanas e naturais e, por isso mesmo, dotada de uma vocação intrínseca para a interdisciplinaridade, acabou por se constituir no campo ideal para a convergência de todas estas perspectivas.

Em síntese, considerando que a paisagem não é estática e está sujeita a constantes processos de transformação, sobretudo pela ação do homem, ela pode ser considerada como fonte de conhecimento histórico. Nesse caso, muitas vezes apresenta várias assinaturas antrópicas que constituem, em conjunto ou separadamente, o objeto de estudo da denominada **Arqueologia da Paisagem**.

Nessa perspectiva, os estudos sobre o cenário de implantação do Porto de Santos buscam contar com o envolvimento da comunidade diretamente relacionada à área de pesquisa, sobretudo no reconhecimento e identificação dos vários elementos constituintes da paisagem, nos quais se incluem ainda componentes do patrimônio cultural imaterial.

Assim, o meio ambiente onde está inserido o Complexo Portuário de Santos também foi analisado a partir do enfoque ecossistêmico, segundo o

³ Este trabalho foi publicado na obra *Turismo e Paisagem* (2002) sob a organização de Eduardo Yázigi, reunindo uma série de artigos que tratam da relação paisagem/turismo.

qual existe um conjunto de relações mútuas entre os fatores de um meio ambiente e os seres vivos que nele se encontram, caracterizando um conjunto de interações entre os sistemas ambientais e os sistemas sociais e econômicos que delinearão o cenário de implantação do Porto em estudo. Dessa maneira, a abordagem ecossistêmica encontra relação com a perspectiva holística, pois ao invés do estudo individualizado de cada componente do sistema ambiental, procura tratar da interação entre estes componentes (Christofoletti 1999:45).

O entendimento do *design* da ocupação humana no âmbito do Porto de Santos também propiciou reconstituições ambientais e paisagísticas a partir da análise das formas de apropriação do meio ambiente físico-biótico em relação ao contexto sócio-cultural e econômico das comunidades correlatas à área de pesquisa. Foram considerados seus limites temporais e territoriais e realçada a convergência Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.

Em resumo, as pesquisas objetivam propiciar uma melhor compreensão sobre a formação e evolução histórica do Porto de Santos, enfocando as alterações na paisagem em função da ocupação do local e do conjunto de relações sociais, econômicas e culturais que delinearão e nortearão as características de apropriação do espaço naquela parte do município de Santos. E é neste contexto que se insere também, certamente, as obras da Av. Perimetral em tela, que integra o conjunto de fatores relativos à dinâmica sócio-cultural do Porto de Santos.

Ciência aplicada e Arqueologia Pública

A continuidade do Plano de Gestão do Patrimônio Cultural da Av. Perimetral Portuária (margem direita) do Porto de Santos tem forte atuação no desenvolvimento de ações junto à comunidade. Por conta disto destaca-se, no texto abaixo, a conceituação teórica e metodológica dos trabalhos a serem realizados, constituindo as bases de sustentação científica no que se definiu como Arqueologia Pública.

* * *

A Arqueologia é, em essência, a busca da história de experiências humanas. Milênios antes da Arqueologia se firmar como disciplina no ocidente membros de diferentes sociedades procuravam explicar o passado das mais variadas formas, onde se incluem desde os mitos de criação do universo apresentados por grupos indígenas, até escritos gregos datados em 800 anos a.C. que fazem referência à primeira divisão do passado humano em eras culturais (Idade do Ouro, Idade da Prata, Idade do Bronze, Idade Heróica e Idade do Ferro).

Estes foram, sem dúvida, os arqueólogos de seu tempo. De fato, a História da Arqueologia é, antes de mais nada, uma história de idéias e de descobertas, de formas de olhar o passado. E cada olhar constitui um reflexo ou produto de seu próprio tempo. Se no início podemos chamar, com certa liberdade poética, de “arqueólogo” aquele que registrava cenas de sua cultura em paredes de pedra, hoje chamamos de arqueólogo aquele que se vale de modernos conceitos teóricos, técnicas sofisticadas e grandes organizações de trabalho para explicar, segundo os atuais preceitos da Ciência, o mesmo velho tema: a história humana.

Enquanto arqueólogos deste início do século XXI, trazemos no currículo pelo menos cinco séculos de experiência, contados desde os primórdios da disciplina no continente europeu, ainda durante o século XV. Se fôssemos capazes de contabilizar o investimento intelectual e o volume de estudos realizados, certamente nos surpreenderíamos com o resultado: milhares (ou milhões) de trabalhos de campo, de acervos pesquisados, de datações adquiridas, de publicações, apresentações em reuniões e congressos, debates científicos, exposições e muitos itens mais.

Assim, à medida que a Arqueologia foi se firmando enquanto disciplina (especialmente a partir do século XIX), o estudo e interpretação da história humana constitui domínio e atribuição de profissionais cientistas, em busca de um “passado objetivo real”. A própria terminologia cada vez mais técnica da Arqueologia, em boa parte adquirida através da conceituação teórica da New Archaeology, já no século XX, perpetua a mistificação da disciplina, e sua prática pressupõe uma crescente alienação junto ao público, fazendo crer que pouco há para ser aprendido com a participação da sociedade nas pesquisas.

Dos colecionadores de peças exóticas da Antiguidade aos dias atuais, a Arqueologia não foi apenas capaz de acumular um conhecimento respeitável sobre o passado humano; discutiu incansavelmente, também, sua responsabilidade ética sobre este passado, à medida que apontava novas e mais abrangentes perspectivas de abordar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Essa iniciativa se deveu à Arqueologia Pós-processualista que, a partir do início da década de 1980, alertava sobre os cuidados e responsabilidades referentes ao conteúdo das mensagens transmitidas sobre o passado, considerando as dimensões sociais e políticas envolvidas. Isto se aplicava tanto à divulgação científica quanto à divulgação voltada ao público em geral (para uma revisão do tema vide Moser 2001).

Observou-se assim uma crescente preocupação, no cenário internacional, com os aspectos públicos da Arqueologia, entendidos como as questões de planejamento econômico, ações sociais e políticas envolvidas na prática da disciplina. Com a fundação da WAC (World Archaeological Congress) em 1986, a Arqueologia tem tratado de forma mais sistemática o relacionamento entre a pesquisa e manejo de bens culturais e os grupos sociais interessados. O surgimento da primeira publicação periódica sobre o

tema, *Public Archaeology* (Londres, James & James), em 2000, assinala o amadurecimento das discussões estratégicas sobre o caráter público da disciplina e sua importância social.

Este movimento vem sendo internacionalmente denominado “Arqueologia Pública”, voltada ao relacionamento entre a pesquisa e o manejo de bens culturais com os grupos sociais interessados, de forma a promover a participação da sociedade na gestão de seu patrimônio arqueológico e histórico. Os arqueólogos perceberam que necessitavam reconhecer não somente sua responsabilidade sobre os vestígios arqueológicos, mas igualmente sobre as pessoas cuja herança histórica e cultural se relacionava a estes vestígios (Little 2002:10). Um dos benefícios públicos da Arqueologia está justamente em contribuir para o fortalecimento dos vínculos existentes entre a comunidade e seu passado, ampliando o interesse da sociedade sobre o patrimônio e criando, paralelamente, a sustentação necessária às medidas de preservação.

No Brasil este momento apresenta uma cor especial. Isto se dá especialmente por conta da conjuntura social e política que atravessa, na qualidade de país em desenvolvimento rumo à era da globalização. À Arqueologia abrem-se preciosas oportunidades de ocupar espaços ainda vazios, voltados a uma abordagem mais abrangente e pluralista de nossa herança cultural.

Essa abordagem prescinde, todavia, de uma profunda mudança de postura com respeito ao nosso “objeto de estudo” e procedimentos de trabalho. Hoje entendemos não ser mais possível que a Arqueologia continue voltada ao desenvolvimento de um ser abstrato chamado “Ciência”, colecionador insaciável de novas teorias, novas descobertas, novas abordagens, novas discussões. Valendo-me de uma imagem da nossa velha conhecida Teoria de Sistemas, o *turning point* da Arqueologia pode ser sintetizado em uma única palavra: sociedade. Temos, assim, uma mudança essencial de foco, onde a Arqueologia deixa de ser uma ciência com olhar voltado ao passado para assumir sua responsabilidade na compreensão do presente e na promoção do futuro.

A relação que a Arqueologia estabelece com as diferentes áreas de conhecimento - uma vez que é uma ciência verdadeiramente transdisciplinar,

fruto da somatória de cada disciplina científica e humanista – é mais um dos fatores que faz com que muitas pessoas se sintam próximas a ela. Isto se aplica, por exemplo, ao caso da estabilidade e mudança ambiental: através do conhecimento da sucessão de experiências humanas ocorridas sobre um ecossistema, é possível refletir sobre alternativas de gestão e manejo, trazendo uma visão mais global e tangível ao tema (Little 2002: 9; De Vries 2003).

Se expandirmos nossa visão para reconhecer os sucessos e insucessos das sociedades ao longo dos tempos, a tolerância social deverá ser expandida. Necessitamos compreender a história do mundo e de pessoas de diferentes culturas e contextos que desenvolveram idéias, instituições e formas de vida diferentes da sua. Nesse sentido, o conhecimento de diferentes formas de vida, experiências e perspectivas da humanidade no passado podem contribuir em criar cidadãos mais pacientes e respeitosos, especialmente com grupos excluídos ou minorias étnicas, em nossa sociedade crescentemente pluralista (Shiva 2003; National Center for History in the Schools 1996:1, citado por Little 2002:12).

Hoje temos necessidade de sermos competentes num mundo multicultural, e a Arqueologia é capaz de proporcionar ferramentas que auxiliem a viver nesta sociedade crescentemente complexa, ensinando as pessoas sobre outras culturas e tempos, fornecendo-lhes ferramentas para melhor compreender a diversidade humana, ao expandir suas visões de mundo (Little 2002:13). Essa compreensão da diversidade leva à tolerância, que permite a inserção de diversos segmentos da sociedade, tornando todos os indivíduos sujeitos plenos de direitos e deveres: cidadãos. Assim, um dos benefícios públicos da Arqueologia é o mesmo que oferece a história e a ciência: a educação da cidadania. Do mesmo modo que o multiculturalismo pode ser representado tanto pela existência de uma multiplicidade de culturas do mundo, como pela co-existência de culturas diversas no espaço de um mesmo Estado-nação e as interinfluências que ocorrem tanto dentro como além do Estado-nação (Santos 2003), o conceito de cidadania não presume limites estritos: pode-se, ao mesmo tempo, ser cidadão de um município, de um país, ou cidadão do mundo (Ribeiro 2000), e a Arqueologia transita entre estes diferentes níveis o tempo todo.

Como bem coloca McManamon (1991, 1994, citado por Smith & Ehrenhard 123), não existe um público a considerar, mas vários. Devemos refletir sobre a maneira como nossa sociedade se posiciona com relação ao seu passado: Qual o passado que merece ser resgatado? Quais os mecanismos que a sociedade utiliza para registrar e perpetuar sua própria história?

Em oposição às ciências naturais, a ciência social necessita ser, particularmente nestes tempos pós-modernos, pluralista em essência. A admissão de diferenças não põe em cheque a autoridade da disciplina. Ao contrário: o reconhecimento de que as idéias e interpretações são produto de condições históricas específicas amplia o debate e sua contribuição. Segundo define Molyneux (1994:6), se desejamos obter uma compreensão do passado que abranja a complexidade e diversidade de suas mensagens possíveis, então precisamos reconhecer a existência de um público igualmente diverso, e aprender a lidar com ele. Para assim proceder mostra-se necessário reconhecer e respeitar todos os valores atribuídos à herança arqueológica, incluindo a científica.

É preciso, assim, reconhecer a pluralidade de interesses e graus de percepção do passado, bem como as necessidades políticas do presente. Para tanto, os programas de pesquisa devem envolver aspectos culturais e identitários da comunidade envolvida, elementos que exigem novas posturas e abordagens, trazendo alterações essenciais aos estudos arqueológicos (Gosden 2001; Fagan 2002).

A Arqueologia pode construir elos entre a comunidade no presente, assim como no passado, no momento em que sua herança cultural é valorizada, preservando histórias e tradições. Por essa razão o conteúdo da mensagem a ser transmitida ao público deve estar, antes de mais nada, atrelado à história local, de forma a construir um elo de percepção junto ao público, partindo daí para contextos mais gerais. Isso pode incluir objetos identificados no local, sítios ou vestígios mais conhecidos, dados sobre como os grupos humanos do passado viveram naquele mesmo espaço geográfico, entre tantos outros (McManamon 2000:13; Lerner 1991, citado por McManamon 2000:14). Por outro lado a mensagem deve também conter dados sobre a importância deste patrimônio, o fato dele ser único e não renovável, e

também o esforço e detalhamento da pesquisa científica necessária para construir o conhecimento, visando sensibilizar o público sobre sua valorização e necessidade de preservação.

No caso brasileiro, onde a sociedade nacional foi formada através de uma ruptura entre as ocupações indígenas que aqui se encontravam e o elemento europeu, mais tarde acrescido pela cultura africana, é freqüente a comunidade atual não reconhecer vínculos com o contexto arqueológico, embora tenha interesse pelo seu sentido exótico. Isso se agrava pelo fato de que até mesmo a construção da História do Brasil tenha sido tradicionalmente feita a partir de sua classe intelectual dominante, resultando em um baixo ou nulo reconhecimento da população em geral como sendo esta a “sua história”. O próprio currículo escolar não inclui uma efetiva história das minorias, apesar de sua participação fundamental na formação e desenvolvimento da sociedade nacional.

No caminho ressurgem uma das questões fundamentais da Arqueologia: quem controla e a quem pertence o passado (ou, nos termos acadêmicos, a quem concerne sua propriedade intelectual?). Certamente os arqueólogos não são os únicos a poder contar histórias, nem tampouco exercem o poder absoluto sobre o passado das comunidades vivas, como ocorre com aquelas que não têm mais voz. Não podemos impor nossa versão do passado ao mundo, ignorando histórias tradicionais e outras perspectivas que a comunidade nos traz. A ciência não é onipotente ou exclusiva: todos nós controlamos e a todos nós pertence o passado, incluindo povos dos quatro cantos da terra. Temos apenas perspectivas diferentes sobre ele, valores culturais específicos e expectativas diversas sobre as lições que pode nos ensinar. Assim, um dos instrumentos mais valiosos da Arqueologia Pública é trazer tolerância e compreensão das diversidades culturais e das diversidades sobre o passado (para uma discussão sobre o tema, vide Thomas 2000, citado por Little 2002:6; Kuwanwisiwma 2002).

Considerando esse conjunto de aspectos, mostra-se essencial que a pesquisa arqueológica seja realizada em conjunto com os descendentes vivos da sociedade que criou ou herdou os vestígios estudados. Assim será possível conduzir os trabalhos a partir de uma perspectiva de “arqueologia democrática”, como define Faulkner (2000), que compreende a realização de

trabalhos com base na comunidade, de forma não excludente e não hierárquica, e dedicados a um desenho de pesquisa que pressuponha interação entre os vestígios materiais, a metodologia de trabalho e a interpretação.

Trabalhando em conjunto com a comunidade o arqueólogo pode auxiliar na reconstrução de elementos tradicionais que se perderam através do tempo ou mesmo da conquista, bem como dar suporte a atividades como turismo, educação e identidade étnica (Pyburn & Wilk 1995:72 citado por McManamon 2002:34; 2000:10, 1994^a citado em 2000:10). Para que essa cooperação possa ocorrer, todavia, é necessário que ambas as partes não apenas respeitem a posição da outra, mas que sejam abertas a novas perspectivas e a mudanças de seus próprios paradigmas (MacManamon 1994^a: 19).

A pertinência dessa discussão para a Arqueologia Brasileira é inegável. Um levantamento oficial indica a existência no país de 266 povos indígenas, somando uma população de 235.616 habitantes, distribuídos em 526 áreas (CEDI 1990). Comparado com a população indígena que o Brasil teria tido quando da chegada do europeu, os números atuais se mostram bastante modestos: as estimativas variam de 1,1 a 6,8 milhões de habitantes (Cunha 1992:14).

Sendo o Brasil um país de grandes continuidades históricas, aqui é possível não apenas recuperar o desenvolvimento de grupos indígenas do período colonial até os dias atuais, mas recuar muito mais atrás, séculos antes da conquista europeia. Ao menos nas regiões centro-oeste e norte brasileiras, onde vive a maior parte dos atuais povos indígenas, o arqueólogo não consegue deixar de ter como objetivo algo extremamente prático e direto: fazer história indígena (Neves 1999). Isso porque dificilmente poderá desenvolver qualquer tipo de pesquisa regional sem englobar ou estar muito próximo de uma área de reserva, ou de lidar, entre as informações disponíveis na bibliografia, com relatos sobre ocupações indígenas não tão distantes no tempo. A colonização europeia mais tardia nessas regiões faz com que muitos sítios arqueológicos apresentem datações entre os séculos XVI-XVIII, ou seja, em período histórico.

Por outro lado, as atuais comunidades indígenas são resultado de significativas mudanças culturais ocorridas nos últimos séculos (e brutalmente aceleradas nas últimas décadas), em consequência do crescente e desordenado contato com a sociedade brasileira em formação. Em suas trajetórias históricas são comuns fenômenos como fusões, cisões, decréscimos populacionais, além de uma grande variedade de transformações e/ou ajustes culturais em resposta a situações tanto de ordem interna quanto externa. Na grande maioria das vezes a natureza dessas transformações foi (e ainda é) hostil e conflituosa. Contudo, segundo Fabian (1983), o reconhecimento da mudança não nega aspectos de continuidade mas aponta a necessidade de tratar tanto a mudança como a continuidade como questões empíricas. As culturas não correspondem a entidades estáticas que existem à margem da História (Wolf 1984) e a Arqueologia deve analisar as sociedades contemporâneas a partir desta perspectiva. Nesse contexto a Arqueologia é capaz de trazer o poder do passado para a legitimação das comunidades e seu fortalecimento no presente.

Por outro lado, o Brasil é um país formado não apenas por uma enorme diversidade de histórias locais e contextos culturais, mas também por uma estrutura social estratificada onde grande parte da população não tem acesso a recursos críticos, incluindo educação. Por conta disso, a recente prática da Arqueologia Pública no país constitui desafio estimulante, uma vez que oferece oportunidade de criar uma outra visão do passado humano, mais diversificada e tolerante, menos rígida e, principalmente, mais próxima dos legítimos herdeiros desta história. Aproximamo-nos cada vez mais, afinal, à essência de uma ciência social.

O desenvolvimento econômico que o Brasil atravessa, nesta virada de século, traz grande impacto ao seu patrimônio arqueológico, considerando os usos e desusos que são feitos de seu território. Pela primeira vez na história da disciplina nos deparamos com uma ameaça que há poucos anos atrás não nos afligia: a de que nosso *database* é finito. Assim hoje a Arqueologia necessita incorporar um outro perfil, lado a lado com a comunidade que cria, destrói e preserva seus recursos. Não lhe basta ser multidisciplinar: necessita ser também multicultural, na medida em que incorpora os muitos passados possíveis.

O desenvolvimento sistemático de ações em Arqueologia Pública está em grande parte ligado a pesquisas junto a processos de licenciamento ambiental, onde cada vez mais os estudos têm como objetivo definir procedimentos e estratégias de sustentabilidade sócio-ambiental em um contexto capitalista. Apesar da questão “O que deve ser sustentado?” nunca terá um paradigma unificado, há consenso sobre a efetiva participação da comunidade na pesquisa arqueológica, com base em uma estrutura não hierárquica em que métodos de trabalho e interpretação necessitam interagir.

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento ocorrido no Rio de Janeiro, em 1992, “desenvolvimento sustentável” se tornou palavra-chave de um discurso político internacional voltado à qualidade de vida, conservação dos recursos naturais e responsabilidade para gerações futuras. Apesar das discussões terem sido inicialmente voltadas às ciências naturais e análises de crescimento populacional, relaciona-se a uma discussão baseada na definição social, histórica e cultural do problema: a viabilidade de serem mantidas relações socialmente definidas entre a natureza e a comunidade durante longos períodos de tempo. Desta forma, o discurso sobre sustentabilidade é basicamente público e estreitamente vinculado a problemas como justiça social e regulamentação política.

Sustentabilidade ou não sustentabilidade corresponde a uma qualidade de condições e processos dentro de um *continuum* de condições e processos possíveis. Neste sentido, não se pode considerar a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social de forma isolada. Ao contrário, o foco deve recair na interação entre elas, buscando a viabilidade de suas relações durante longos períodos de tempo. Por outro lado, considerando a rápida transformação por que as sociedades passam atualmente, a sustentabilidade necessita ser concebida dentro de uma perspectiva dinâmica, e não baseada em estruturas estáticas.

Os arqueólogos precisamos se perguntar: Qual a conexão entre nosso campo de conhecimento e sustentabilidade social? Como podemos contribuir dentro desta perspectiva? Quais novos tópicos devemos incorporar à nossa área de atuação? Dentre as respostas possíveis, destaca-se o estímulo à coesão social através do estabelecimento de pontes entre o presente e o

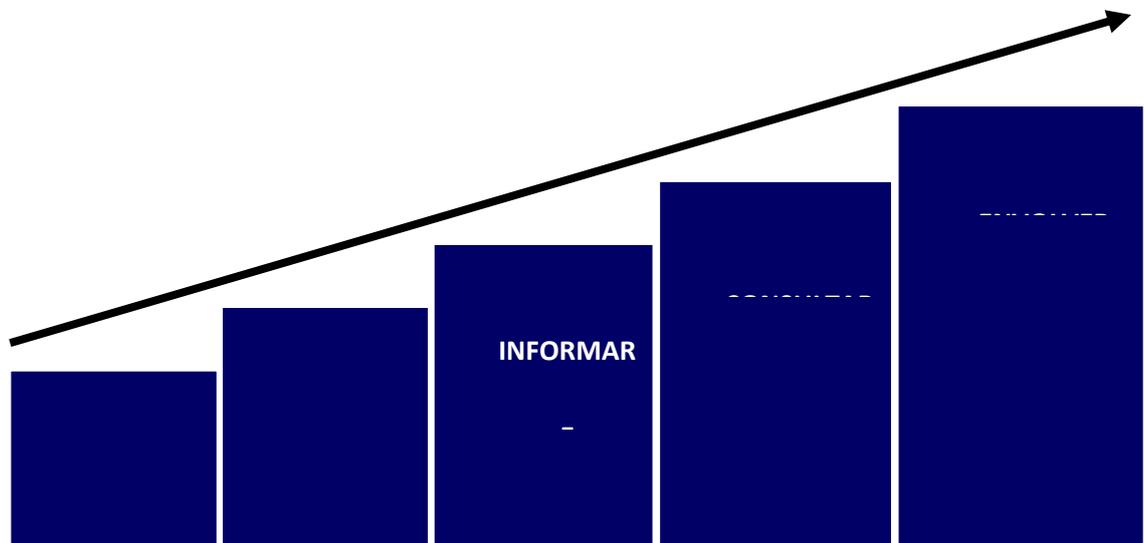
passado, preservando histórias e tradições e valorizando a herança cultural. Observa-se assim, portanto, uma grande mudança de perspectiva na prática da profissão: hoje a Arqueologia parte de um profundo conhecimento do presente para dar significado ao passado e perspectivas de futuro, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. O processo pós-colonial e as informações tecnológicas disponíveis criaram um novo contexto no qual a Arqueologia deve atuar.

O envolvimento das comunidades locais na investigação e análise do passado tem sido denominado, na literatura, de “Arqueologia Colaborativa”. De fato, é visível como ao longo do tempo o conceito de “participação” dos pesquisadores junto às comunidades locais tem mudado drasticamente: conforme ilustra a figura abaixo, há menos de 50 anos a relação dos arqueólogos junto à comunidade era nula (“nada”), lentamente mudando para a prática de informar sobre as pesquisas, depois evoluindo para “informar e responder”, na medida em que os profissionais incluem oportunidades de interação com as comunidades locais; posteriormente (mas de forma recente) inclui-se na agenda dos programas a consulta às comunidades e, de forma ainda mais recente, seu envolvimento tanto na investigação arqueológica em si (pesquisa) como na análise do passado que se busca entender.

A arqueologia colaborativa precinde, portanto, do envolvimento e participação das comunidades na pesquisa, de forma não hierárquica e buscando abranger as diferentes formas possíveis de conhecimento e entendimento do passado, incluindo a científica. Assim, a pesquisa arqueológica deixa de ser feita para a comunidade, uma vez que passa a ser feita com a comunidade.

Especialmente na abordagem de temas como os que são desenvolvidos pelo presente Programa, há que se considerar questões éticas que os trabalhos de campo e seus impactos sobre os grupos indígenas atuais apresentam. De fato, por muito tempo os arqueólogos foram insensíveis para a percepção expressados pelas comunidades indígenas em relação aos vestígios físicos de seus antepassados. Por outro lado, arqueólogos e grupos indígenas na maior parte das vezes concebem a relação entre passado e presente de maneira fundamentalmente diversas: para a maioria dos grupos indígenas o passado está conectado ao presente, e seu conhecimento se

preserva através da tradição oral, práticas cerimoniais e crenças. Nesta concepção, vestígios arqueológicos não correspondem a objetos inertes ou mortos, como muitos arqueólogos apontam, mas uma realidade que conecta e dá sentido às suas identidades.



Retorna-se então aqui para a antiga questão: a quem pertence este passado? A exclusão da comunidade indígena no estudo de seu passado aproxima perigosamente a prática arqueológica “científica” da pilhagem ou destruição. Aos olhos destas comunidades, talvez não haja grande diferença entre os sítios arrancados pelas máquinas de obras ou aqueles escavados e “salvos” pelos pesquisadores.

Em diferentes países da América do Sul, com destaque para o Chile, Peru e Bolívia, a crescente participação política e acadêmica de descendentes indígenas delinearão uma praxis bastante específica da disciplina (Arqueologia Útil X Arqueologia Inútil), como atestam inúmeras palestras proferidas no 4o. Congresso de Teoria Arqueológica da América do Sul (TAAS, Catamarca / julho de 2007). Todavia, é notável que naqueles países o discurso arqueológico ganhe um contorno essencialmente político (e de confronto), enquanto no Brasil ele se associe a um movimento social de valorização e busca de sustentabilidade.

De fato, para os arqueólogos o engajamento político da pesquisa não é tema novo; o que temos, atualmente, é um movimento de se responsabilizar pelos seus resultados e desenvolver um engajamento planejado e intencional junto a estas comunidades, através da abordagem pluricultural proposta pela arqueologia colaborativa, que abrange não apenas a consulta às comunidades, mas sua direta e eqüanime participação na definição das agendas, das questões científicas, nos procedimentos de escavação e na formulação e disseminação das interpretações. Trabalhar em conjunto exigirá uma renegociação e uma mudança de autoridade e responsabilidade. Este tipo de diálogo constitui um importante primeiro passo para alterar os paradigmas coloniais e pós-coloniais da disciplina.

Gestão Patrimonial e transdisciplinaridade

Atualmente os cientistas sociais têm questionado a plausibilidade e a utilidade de uma antropologia dos mundos contemporâneos (Augé, 1998; García Canclini, 2000). Trata-se de uma conjunção de fatos apontando para a construção de um objeto de estudo cada vez mais complexo, ora pelos processos de imbricação entre as distintas ciências sociais (que permite romper as fronteiras analíticas da especificação disciplinar), ora pela influência política direta que os estudos em ciências sociais vão adquirindo em nossas sociedades. Vale dizer que vamos exigindo uma renovação e uma nova ponderação do espaço teórico-metodológico à luz do que devemos esclarecer sobre os nós que temos percorrido no presente.

Neste ponto, o grande problema teórico surge quando são aplicadas visões descontextualizantes, localizantes e essencializantes sobre os fenômenos de estudo. Não obstante, os **processos de mudança e transformação cultural**, junto com os espectros diversos desde os quais esses processos são gestados, obrigam a pensar uma relação estrutural, ao mesmo tempo que conjuntural, na qual se possam gerar descrições consistentes sobre processos particulares, que do mesmo modo contribuam com visões interpretativas dispostas para a construção de teorias regionais. Esta “**estrutura da conjuntura**”, ou a síntese situacional entre a estrutura e o acontecimento, é uma realização prática das categorias culturais num contexto histórico específico, tal como se expressa na ação interessada dos agentes históricos, desenvolvendo-se em cada uma das particularidades (Sahlins, 1997; Le Goff, 1991). Ao ocorrer isto, as sociedades vão criando processos de construção de **identidade cultural**, o qual desemboca ao mesmo tempo numa cristalização daqueles processos na **história**. Com objetos de estudo dinâmicos é possível planejar pesquisas integradoras e visões teóricas mais complexas.

Por identidade cultural – dentro desta perspectiva – compreendemos aquele processo configurativo de práticas e manifestações culturais, presentes

nos grupos humanos que procuram uma cristalização de transcendência ligada à sua permanência e reprodução. Não obstante, acreditamos que nunca se alcança um grau real de cristalização e in-mobilidade histórica, e que também não existe um início fundador (ou mito de origem real e objetivo das culturas). As etnogêneses, nesse sentido, são sempre procedimentos construtivos, apesar de que nas mentes dos indivíduos a representação daqueles processos seja sempre mais estática e microscópica. Em consequência, o sistema de identidades sociais, ao trabalhar indistintamente nas estruturas sociais e no indivíduo, vai forjando um novo questionamento, ao assumir que as identidades são um processo constante e dinâmico de construção.

Aproximando-nos do nosso “objeto de estudo” surge a necessidade de definir alguns marcos de apoio, úteis para o início do diálogo teórico. Enfrentando este desafio e observando os atuais enfoques transdisciplinares para estudos de contingência, surge-nos um conceito possível de abarcar nossas necessidades específicas referentes à área de estudo. Tal conceito desenvolve-se a partir do uso de uma Antropologia da Paisagem, plausível de integrar tópicos de estudo ligados à ecologia (ou à etnoecologia), à interação das sociedades com os espaços territoriais (etnopolítica e territorialidade), às configurações simbólicas dos atores sobre seu entorno material e imaterial e, sobretudo, aos processos de apropriação da paisagem num sentido holístico e histórico, integrando tanto as estruturas sociais como culturais dos atores envolvidos.

A garantia de uma correta abordagem dos diversos assuntos envolvidos é indispensável para que se alcance a sustentabilidade do empreendimento, resultado dos cuidados aplicados na busca de sua qualidade social e ambiental. Inclui-se também neste diálogo transdisciplinar aspectos econômicos envolvidos com diretrizes dos municípios e uso do solo, com implicações diretas na preservação e no manejo do patrimônio arqueológico, incluindo:

- intensidade das atividades econômicas nos entornos da obra;
- estrutura de ocupação e tendências de concentração;
- criação de indicadores de acompanhamento e avaliação de impactos econômicos, turismo e outros sobre o patrimônio cultural e arqueológico
- medidas mitigadoras de impactos de origem econômica

- atuação junto aos municípios em seus planos diretores e planos diretores de turismo
- atuação junto aos Estado em seus programas regionais de desenvolvimento econômico, turismo e lazer, educação ambiental

Em síntese, será somente a visão transdisciplinar que os objetivos do presente Plano de Gestão poderão ser alcançados em sua essência, correspondendo, portanto, sua perspectiva e conceituação teórica básica.

Efetivamente, a evolução do desenvolvimento dos estudos ambientais, desde a emissão da Resolução CONAMA N° 01/86, tem sido muito grande e vem exigindo novas posturas dos empreendedores para o enfrentamento dos vários temas tratados por esses estudos.

Além da visão holística e multidisciplinar necessária para o tratamento técnico das questões ambientais, há que se considerar todos os demais aspectos envolvidos, tais como os estudos e os diversos processos de licenciamento, bem como os entendimentos com as entidades governamentais locais e regionais face ao novo pólo de desenvolvimento e, de forma ampla, com a sociedade.

A garantia de uma correta abordagem dos diversos assuntos envolvidos é indispensável para que se alcance a sustentabilidade do empreendimento, resultado dos cuidados aplicados na busca de sua qualidade social e ambiental.

O uso dos recursos naturais disponíveis no meio ambiente necessita a utilização das melhores práticas que justifiquem as demandas sociais e econômicas envolvidas. Isto resulta na necessidade crescente da implantação de empreendimentos de infra-estrutura em todo território brasileiro, de forma a socializar seus benefícios.

O conjunto das ações necessárias para a efetiva realização e operação de um empreendimento, sua organização, a correção ecológica e social de seus objetivos, a integração entre os diversos planos e programas promovendo uma efetiva sinergia entre eles é, atualmente, englobado sob a forma de Gestão Ambiental, operacionalizada através de Programas de Manejo. Dentro deste contexto, o presente Programa de Manejo de Patrimônio Cultural visa

abranger o patrimônio presente na área de abrangência da Av. Perimetral Portuária margem direita.

Um dos resultados previstos por este trabalho é apresentar o Programa em questão, seus conceitos básicos, os planos e programas que dele fazem parte e sua organização, buscando atender as demandas que os empreendimentos vêm recebendo ao longo do processo de licenciamento, na forma de aperfeiçoamentos e complementações.

Neste sentido, e conforme apontado anteriormente, o Programa não é - e nem poderia ser - um produto acabado e fechado. Ao contrário, sua elaboração incluiu o conceito de melhoria continuada, tanto nos aspectos técnicos quanto naqueles negociais, permitindo ajustes permanentes para incorporar as evoluções e os aprofundamentos do conhecimento sobre a área e a região onde o empreendimento está localizado, os avanços das várias tecnologias e as evoluções nos entendimentos em curso com os diferentes atores sociais envolvidos.

Assim, na sua formulação, o Programa leva em consideração os estudos já realizados e aqueles em desenvolvimento; as licenças ambientais obtidas e suas condições de validade; os parâmetros legais vigentes e aplicáveis ao empreendimento; e as diversas demandas surgidas ao longo da implementação e operação do empreendimento, organizados sob uma visão holística.

Bibliografia

Ascher, Robert

1961 Analogy in archaeological interpretation. *Southwestern Journal of Anthropology* 17: 317-25

Bahn, Paul (ed.)

1996 *The Cambridge Illustrated History of Archaeology*. Cambridge University Press, Cambridge

Bennett, John W.

1943 Recent developments in the functional interpretation of Archaeological Data. *American Antiquity* vol.9, n.2 :208-219

Binford, Lewis R.

1962 Archaeology as Anthropology. *American Antiquity* vol.28, n.2, :217-225

1963 Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. *American antiquity* 32: 1-12

1964 Methodological considerations in the use of ethnographic data. In R.B.Lee & I.DeVore (eds.) *Man the hunter*, :268-73, Chicago: Aldine Publishing Company

1965 Mortuary practices: their study and potential. In J.A.Brown (ed.) *Approaches to the Social Dimensions and mortuary practices*, SAA, Memoir 25, :58-67, Washington, D.C.

1967 Smudge Pits and Hide-Smoking: The Use of Analogy in Archaeological Reasoning. *American Antiquity* 32:1-12.

1971 *Mortuary practices : their study and their potential*. Washington : Society for American Archaeology, 1971, pp:6-29.

Binford, S.R. & Binford L.R. (eds.)

1968 *New Perspectives in Archaeology*, Aldine, Chicago

Bollaert, William

1860 *Antiquarian, Ethnological, and other researches in New Granada, Equador, Peru, and Chile*. D. Lane, Londres

Brown, James A. (ed.)

1971 *Approaches to the social dimensions of mortuary practices*. SAA, Memoir 25, Washington D.C.

Campbell; Donald T.

1988 *Methodology and epistemology for social science: selected papers*. Chicago, University of Chicago Press Ed. Samuel Overman

Catherwood, Frederick

1844 *View of Ancient Monuments in Central America, Chiapas, and Yucatán*. Vizetally, Londres

- Chang, Kwang-Chi
1967 Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology. *Current Anthropology* 8() :227-34
- Charlton, Thomas H.
1981 Archaeology, ethnohistory and ethnology: interpretive interfaces. *Advances in Archaeological Method and Theory* 4:129-76
- Childe, V. Gordon
1936 *Man Makes Himself*. Watts, Londres
- Claassen, Cheryl (ed.)
1992 *Exploring gender through archaeology*. Monographs in World Archaeology, n.11, Prehistory Press, Madison
- Clark, Grahame D.
1936 *Archaeology and Society*. Methuem, Londres
1953 The economic approach to Prehistory. *Proceedings of the British Academy* vol. 39, :215-238
- Clarke, David
1968 *Analytical Archaeology*. Methuem, Londres
1972 *Models in Archaeology*. Methuem, Londres
1977 *Spatial Archaeology*. Academic Press, Londres
- Conkey, Margaret W. & Spector, Janet
1984 Archaeology and the study of gender. In M.B.Schiffer (ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 7, :1-38, Academic Press, New York
- Crist, Thomas A. J.
2002 Empowerment, Ecology and Evidence: The Relevance of Mortuary Archaeology to the Public. In Little, B.J (org.) *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:101-117.
- Deetz, James J.F.
1968 Cultural patterning of behaviour as reflected by archaeological material. In: Chang, K.C. (ed) *Settlement Archaeology*. Palo Alto, CA, National Press, pp: 31-42.
- De Vries, B.
2003 *In search of sustainability: what can we learn from the past?* Paper for the International Symposium on World System History and Global Environment Change, Utrecht, Lund University
- Dunnell, Robert C.
1986 Five decades of American Archaeology. D.J.Meltzer, D.D.Fowler, J.A.Sabloff (eds.) *American Archaeology, Past and Future*. Smithsonian Institution Press, Washington & London

Fabian; Johannes

1983 *Time and the other : how anthropology makes its object*. New York: Columbia University Press,

Fagan, Brian

2002 Epilogue. In: Little, B.J. (org) *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:253-260.

Faulkner, N.

2000 Archaeology from below. *Public Archaeology* I: 21-33

Flannery, Kent V.

1967 Culture History vs. Cultural Process: a debate in american Archaeology. *Scientific American*, vol. 217, :119-122

1968 a Archaeological Systems theory and Early Mesoamerica. B.J.Meggers (ed.), *Anthropological Archaeology in the Americas*, :67-87, Washington D.C.

1972 a The cultural evolution of Civilizations. *Annual Review of ecology and systematics*. Vol.3, :399-426, Palo Alto

1972 b Summary Comments: evolutionary trends in social exchange and interaction. In E,N.Wilmsen (ed.) *Social exchange and interaction*, :129-136, Univ. of Michigan, Museum of Anthropology, Anthropological Papers n.46, Ann Arbor

1976 *The early Mesoamerican village* Academic Press, New York

Funari, Pedro Paulo A.

1995 Mixed features of archaeological theory in Brazil. In P. Ucko (ed.) *Theory in Archaeology, a world perspective*: 236-250, London, Routledge.

1998 A importancia da teoria arqueológica internacional para a Arqueologia sul-americana: o caso brasileiro. In P. P.A. Funari (ed.) *Teoria Arqueológica na América do Sul*, :13-32, IFCH, Campinas

2004 Western influences in the archaeological thought in Brazil. In G. Politis & R. Peretti (eds.) *Teoria arqueologica en America del Sur* : 235-244, Serie Teorica n. 3, INCUAPA, Olavarría.

Funari, P.P.A.; Hall, M.; Jones, S.

1999 *Historical Archaeology: back from the edge*. Londres, Rouledge.

Funari, P.P.A. & Robrahn-González, E.M.

2005 Ethics, capitalism and public archaeology in Brazil.

Gosden, C.

2000 Postcolonial Archaeology. In *Archaeological Theory Today* (ed. I. Hodder), :241-261, Polity Press, Cambridge

Gosden, Chris

2001 Postcolonial Archaeology: Issues of Culture, Identity, and Knowledge. In: Hodder (ed.) *Archeological Theory Today*, :241-261, Cambridge, Polity Press

Gould, Richard

- 1974 Some current problems in ethnoarchaeology. In C.B.Donnan & C.W.Clewell (eds.) *Ethnoarchaeology* :29-48, Inst. of Archaeology Monograph, 4. Los Angeles: Univ. of California.
 1980 *Living archaeology*. New York: Cambridge Univ. Press
 1990 *Recovering the Past*. Univ. of New Mexico

Gould, R.A. & Watson, Patty Jo

- 1982 A dialogue on the meaning and use of analogy in ethnoarchaeological reasoning. *Journal of Anthropological Archaeology* 1: 355-81

Helm, June

- 1962 The ecological approach to Anthropology. *American Journal of Anthropology*, vol. 67, n.6, :630-639

Hempel, C.G.

- 1966 *Philosophy of Natural History*. Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J.

Hodder, Ian

- 1978 Social organization and human interaction: the development of some tentative hypothesis in terms of material culture. In I.Hodder (ed.) *The spatial organization of culture*. Duckworth, Londres
 1982 *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. New York: Cambridge Univ. Press
 1985 Postprocessual Archaeology. In M. Schiffer (ed.) *Advances in Archaeological Method and theory* vol.8 :1-26, Academic Press, New York
 1987 The contribution of the Long Term. In I.Hodder (ed.) *Archaeology as Long-Term History* :1-8, Cambridge Univ. Press, Cambridge
 1991 a Postprocessual Archaeology and the Current debate. In R.W.Preucel (ed.) *Processual and Postprocessual archaeologies: multiple ways of knowing the past*. :30-41. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois Univ., Occasional Paper n.10, Carbondale
 1991 b *Reading the past: current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge Univ. Press, Cambridge
 1994 *Interpretación em Arqueología. Corrientes Actuales*. Crítica, Barcelona
 2001 A review of contemporary theoretical debates in Archaeology. In I. Hodder (ed.) *Archaeological Theory Today*. :1-13, Cambridge, Polity Press

Hole, Frank & Heizer, Robert

- 1966 *An introduction to Prehistoric Archaeology*. Holt, Rinehart and Winston, New York

Krieger, A.D.

- 1944 The typological concept. *American Antiquity*, 9: 271-88

- Lipe, William D.
2002 Public Benefits of Archaeological Research. In: Little; B. J. *Public Benefits of Archaeology*. Florida: University Press of Florida, pp:20-28.
- Little, B.J.
2002 Archaeology as a Shared Vision. *Public Benefits of Archaeology* (e. B. J. Little) 1-19. Florida: University Press of Florida.
- Lowenthal, D.
1981 Conclusions: Dilemmas of Preservation. In: *Our Past Before Us: Why Do We Save it?* Ed. D. Lowenthal and M. Binney, 213-37, London, Temple Smith.
1985 *The Past is a Foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Lumbreras, L.G.
1990 *Archaeology yesterday & today*. Cambridge University Press, Cambridge
- McGee, R.J. & Warms, R.L.
1996 *Anthropological Theory – an introductory history*. Mayfield Publishing Company, California
- McGuire, Randall H.
1992 *A Marxist Archaeology*. Academic Press Inc., California
- McManamon, F.P.
1991 The Many Publics for Archaeology. *American Antiquity*, 56 (1), 121-30.
1994 Presenting Archaeology to the Public in the USA. In: *The Presented Past, Heritage, Museums and education*. Ed. P. G. Stone and B. L. Molyneaux, 61-81, New York, Routledge.
1994a Changing relationships between Native Americans and Archaeologists. *Historic preservation Forum* 8 (2): 15-20.
2000 Archaeological messages and messengers. *Public Archaeology* 1:5-20
2002 Heritage, History and Archaeological Educators. In: *Public benefits of Archaeology*. Ed. Barbara J. Little, University Press of Florida, 31-45
- Meskel, Lynn
2001 Archaeologies of Identity. In I. Hodder (ed.) *Archaeological Theory Today* :187-213, Cambridge, Polity Press
- Molyneaux, B.L.
1994 Introduction: the represented Past. In *The Presented Past: heritage, museums and education* (ed. P. G. Stone & B. L. Molyneaux, 1-13, London, Routledge.
- Moser, S.
2001 Archaeological Representation: the visual conventions for constructing knowledge about the past. In *Archaeological Theory Today* (ed. I. Hodder), Polity Press, Cambridge.

- Ndoro, W. & Pwiti, G.
2001 Heritage management in Southern Africa. *Public Archaeology* vol. 2: 21-34
- Orser, C.E.
1992 *Introdução à arqueologia histórica*. Belo Horizonte : Oficina de Livro
- Patternson. Thomas C.
1989 History and the Post-Processual Archaeology. *Man*, vol.24 :555-566
- Plog, Fred T.
1974 *The study of Prehistoric Change* Academic Press, New York
1976 Measurement of Prehistoric Interaction between communities. In K.Flannery (ed.) *The early mesoamerican village*, New York, Academic Press
- Preucel, R.W.
1991 *Processual and Postprocessual archaeologist: multiple ways of knowing the past*. Center for Archaeological Investigations, Occasional Paper n.10, Southern Illinois Univ., Cabondale
- Pyburn, K. Ann and Richard R. Wilk.
1995. Responsible Archaeology Is Applied Anthropology. In: Ethics in Archaeology: Challenges for 1990s, ed. M. J. Lynott and A. Wylie, 71-76, Washington, D. C.: Society for American Archaeology.
- Rathje, William L.
1970 Socio-political implications of Lowland Maya Burials: methodology and tentative hypotheses. *World Archaeology* vol1, n.3 :359-374
1973 Garbage Project: a new way of looking at the problems of Archaeology. *Archaeology* vol.27, n.4 :236-241
1978 Archaeological Ethnography...because sometimes it is better to give than to receive. In R. Gould (ed) *Explorations in Ethnoarchaeology*, :49-75. School of American Research, Advanced Seminar Series, Univ. of New Mexico Press, Albuquerque
- Redman, C.L.
1973 Research and theory in current Archaeology: na introduction. In C.L.Redman (ed.) *Research and theory in current archaeology* :5-26, Wiley, New York
1991 Distinguished lecture in Archaeology. In defense of the seventies – the adolescence of New Archaeology. *American Anthropologist* vol.93, :295-307
- Renfrew, C. & Bahn, P.
1996 *Archaeology – Theories, Methods and Practice*. Thames and Hudson, 2. Edition, Londres

Robrahn-Gonzalez, E. M.

- 2000 Reflexionen ueber den Gedrauch der historischen Analogie in Brasilien. In: A. Gramsch (ed.) *Vergleichen als archaeologische Methode. Analogien in den Archaeologien*, BAR International Series, arbeitsgemeinschaft Theorie (T-AG). Berlim,131-142
- 2001 El uso de la Analogía en la Etnoarqueología Brasileña. Anais da // *Reunião Internacional de Teoría Arqueológica en América del Sur*. Argentina.
- 2004 Arqueologia e Sociedade. Tese de Livre-Docência (MAE-USP).

Rowlands, M.

- 1998 The archaeology of colonialism. In K. Kristiansen & M. Rowlands, *Social Transformations in Archaeology: global and local perspectives*, 327-33, London, Routledge.

Salmon, Merrilee H.

- 1992 Postprocessual explanation in Archaeology. In L.Embree (ed.) *Meta-Archaeology*, Boston Studies in the Philosophy of Science. Kluwer Academic Press, Boston

Schiffer, M.B.

- 1976 *Behavioral Archaeology*. Academic Press, New York

Schortman, M. & Urban, P.A.

- 1989 Interregional interaction in Prehistory: the need for a new perspective. *American Antiquity* 54(1) :52-65
- 1992 Current trends in interaction research. In M.Schortman & P.A.Urban (eds.) *Resources, power and interregional interaction*. Plenum Press, New York

Schuyler, Robert L.

- 1970 Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: basic definitions and relationships. *Historical Archaeology* vol.4 :83-89

Schwarcz, Lilia Moritz.

- 1993 O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras.

Shanks,Michael & Tilley, Cristopher

- 1987 *Social Theory and Archaeology*. Polity Press, Cambridge
- 1989 Archaeology into the 1990s. *Norwegian archaeological Review*, vol. 22:1-12

Shanks, Michael & Hodder, Ian

- 1995 Processual, postprocessual and interpretive Archaeologies. Ian Hodder et alii (eds.) *Interpreting Archaeology – finding meaning in the past*. Roudledge,London and New York, :3-29

Shiva, V

- 2003 *Monoculturas da mente. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo, Editora Gaia.

- Smith, G. and Ehrenhard, J.
2002 Protecting the Past to Benefit the Public. In: *Public benefits of Archaeology*. Ed. Barbara J. Little, University Press of Florida, 121-130
- Spaulding, Albert C.
1988 Distinguished lecture: archaeology and anthropology. *American Anthropologist* vol. 90 :263-271
- Taylor, Walter W. Jr.
1948 *A study of Archaeology*. Memoir Series of the American Anthropological Association, n.69,, Menasha, Wis.
- Trigger, Bruce G.
1963 Settlement as an aspect of Iroquois adaptation at the time of contact. *American Anthropologist* vol.65, n.1, :86-101
1967 Settlement Archaeology – its goals and promise. *American Antiquity* vol.32, n.1 :149-161
1968 The determinants of settlement patterns. In K.C.Chang (ed,) *Settlement Archaeology* :53-78, Nation Press Books, Palo Alto
1989 *A history of Archaeological Thought*. Cambridge University Press, Cambridge
1991 Constraint and freedom: a new synthesis for Archaeological explanation. *American Anthropologist* vol.93, :551-569
- Watson, Patty Jo
1979 The idea of ethnoarchaeology: notes and comments. In C.Kramer (ed.) *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*. :277-88, New York: Columbia Univ. Press
- Watson, Patty Jo; Leblanc, S.A. & Redman, Charles L.
1971 *Explanation in Archaeology, an explicitly Scientific Approach*. Columbia Univ. Press, New York
- Watson, Richard A.
1991 What the New Archaeology has Accomplished. *Current Anthropology* 32(3):275-291
- White, Leslie A.
1959 *The Evolution of Culture*. McGraw-Hill, New York
- Willey, G.
1945 Comments on cultural and social Anthropology. In S. Tax et alii (eds.) *Na appraisal of Anthropology today*. :229-230, Univ. of Chicago Press, Chicago.
1946 *Prehistoric Settlement Patterns in the New World*. Viking Fund Publications in Anthropology, n.23, New York

Willey, G.R. & Phillips, Philip

1955 Method and theory in American Archaeology, II: historical-developmental interpretations. *American Anthropologist* vol.57, :723-819

1958 *Method and theory in American Anchaeology*. Univ. of Chicago Press, Chicago

Willey, G.R. & Sabloff, J.A.

1993 *A History of American Archaeology*. W.H. Freeman and C., New York, 3. Edition

Wylie, A.

1985 The reaction against analogy. *Advances in Arch. Method and Theory* 8: 63-111

1988 `Simple`analogy and the role of relevance assumptions: implications of Archaeological Practice. *International Studies in the Philosophy of Science* 2:134-150

1989 The interpretive Dilemna. V.Pinsky & A.Wylie (ed.) *Critical Traditions in Contemporary Archaeology: essays in the Philosophy, History and socio-politics of Archaeology*. :18-27, Cambridge Univ. Press, Cambridge

1991 Gender theory and the Archaeological record. In J.M.Gero & M.W.Conkey (eds.) *Engendering Archaeology, women and prehistory*. :31-56, Basil Blackwell, Londres

PARTE 3:

AÇÕES DE CONTINUIDADE

As atividades a serem desenvolvidas na continuidade do Plano de Gestão podem ser, em termos operacionais de organização, divididas em três rubricas, a saber:

- **Manutenção**

Abrange as ações voltadas à implantação da obra, incluindo a continuidade do monitoramento e a realização de prospecções arqueológicas em novas áreas.

- **Arqueologia Pública**

Abrange as ações de envolvimento da comunidade no Programa, bem como eventos de Educação Patrimonial e divulgação.

- **Manejo**

Abrange o tratamento do conjunto de acervos gerados pelo Programa (acervo material, acervo imaterial), bem como sua organização e planejamento para etapas e projetos futuros que venham a ser desenvolvidos pela CODESP na Baía de Santos.

O texto que se segue traz o detalhamento das diferentes atividades previstas, incluindo metodologia de trabalho e resultados/produtos previstos.

Ações de Manutenção

MONITORAMENTO DAS OBRAS

- Atividade: continuidade ao monitoramento mensal das obras
- Metodologia: aplicados os mesmos procedimentos de pesquisas dos monitoramentos anteriores, analisados e aprovados pelo IPHAN através das Portarias de Pesquisa vigentes e compreendendo, a cada mês: análise de andamento das obras, uma vistoria de terreno, análises estratigráficas, coleta de possíveis vestígios arqueológicos evidenciados e seu respectivo tratamento laboratorial, cruzamento das informações com os monitoramentos anteriores, elaboração e entrega de Relatório de Monitoramento mensal. Estarão sendo também aqui desenvolvidos os acompanhamentos das obras na Estação Elevatória Saturnino de Brito, Ministério da Agricultura e no Canal do Mercado, além do acompanhamento dos trâmites junto à Prefeitura Municipal sobre a restrição de veículos no entorno do Canal do Mercado.
- Duração: durante desenvolvimento da obra.
- Resultados: acompanhamento continuado das obras e do tratamento do patrimônio edificado (Canal do Mercado, Ministério da Agricultura e Estação Elevatória Saturnino de Brito), atendimento a demandas dos órgãos licenciadores e necessidades científicas, patrimoniais e sociais.

PROSPECÇÃO DE ÁREAS COMPLEMENTARES

- Atividade: prospecção em trecho de 3 km (3.000 m lineares) na área das Linhas Férreas da ALL, localizada no contorno de Outeirinhos (João Pessoa até a Praça da Santa), com largura compreendendo 5 linhas paralelas.
- Metodologia (Arqueologia): aplicados os mesmos procedimentos das prospecções desenvolvidas no trajeto da Av. Perimetral MD, analisados e aprovados pelo IPHAN através das Portarias de Pesquisa vigentes e compreendendo: aplicação de malha de perfurações (poços-teste) com distância de 30 metros (comprimento e largura) e profundidade variável, dependendo da espessura da camada de sedimentos. O objetivo será caracterizar a estratigrafia da área e identificar possíveis vestígios arqueológicos/ históricos presentes. Nos entornos de possíveis bens tombados ou em áreas onde fôr identificada a presença de solos originais esta malha será reduzida para 15 metros de distância entre cada poços-teste, acrescido da abertura de sondagens de 1m² para detalhamento em porções de terreno que indicarem presença de vestígios arqueológicos. Produção de documentação dos trabalhos incluindo trilha de auditoria. Elaboração de relatório descritivo incluindo análise patrimonial de resultados.
- Metodologia (Patrimônio Edificado): cadastro de patrimônio edificado presente no trecho a ser prospectado, com elaboração de Fichas de Bens Edificados e análise patrimonial.
- Metodologia (Patrimônio Histórico e Cultural): levantamento documental do trecho em tela (bibliográfico, cartográfico e iconográfico), incluindo pesquisa de bens tombados na esfera federal, estadual e municipal. Elaboração de quadro histórico de ocupação do trecho específico em tela.

- Metodologia (Patrimônio Paisagístico): análise da estratigrafia de formação portuária na área em tela, inserção nas discussões de paisagem cultural, reflexão sobre formação de possíveis depósitos arqueológicos identificados e/ou presença de vestígios humanos de ocupação.
- Duração: 3 meses (sendo 1 mês de trabalhos de campo e 2 meses de processamento e análise dos dados obtidos).
- Resultado: atendimento à Portaria IPHAN 230/02 referente à fase de Prospecção de terrenos abrangidos na Área Diretamente Afetada (ADA) pelo empreendimento. Caso venham a ser identificados sítios arqueológicos ou contextos culturais durante as pesquisas, deverá ser executada a fase de Resgate, que se baseará nos procedimentos teórico-metodológicos de pesquisa já anteriormente definidos e executados (para os sítios CODESP e da Barca).

Ações em Arqueologia Pública

OFICINAS CULTURAIS

- Atividade: Promoção de debates, fóruns de discussão e atividades ligadas ao patrimônio cultural do Porto de Santos. Serão feitas tomadas de todo o processo para a produção de um “curta”, com a atuação dos envolvidos, por meio de depoimentos, entrevistas, percepções, histórias etc.
- Público alvo: Grupos sociais ligados à região portuária (trabalhadores formais e informais). Serão buscadas parcerias com organizações que já desenvolvam trabalhos ou constituam centros de referência para estas comunidades (ONGs, sindicatos, grupos de apoio etc).
- Metodologia: As oficinas privilegiarão atividades que estimulem os participantes a refletir sobre o patrimônio cultural presente na região do Porto de Santos através de atividades em grupo, atividades lúdicas, passeios culturais, palestras, tomada de entrevistas e depoimentos, distribuição de material de apoio.
- Duração: 10 oficinas, buscando abranger a diversidade de grupos sociais envolvidos. Duração de 4 hs em cada oficina (presencial), somado ao atendimento continuado da ferramenta Fale Conosco.
- Resultado: Participação da comunidade na definição e reflexão do patrimônio cultural presente na área do Porto de Santos. Produção de vídeo (curta-metragem) sobre os trabalhos, em especial, os depoimentos e percepções de patrimônio apresentados por eles.

FALE CONOSCO

- Atividade: uso de ferramentas de comunicação visando o acolhimento de dados, opiniões e depoimentos sobre o Programa de Patrimônio Cultural do Porto de Santos, na construção de uma memória coletiva.
- Público alvo: Comunidade em geral.
- Metodologia: Endereço de skype, telefone, blog.
- Duração: Ao longo da duração do Programa.
- Resultado: Implantação de plataformas que constituam veículos de comunicação da comunidade em geral com o Programa, além de disponibilizar dados do Programa e ações em andamento.

CARTILHA PATRIMONIAL

- Atividade: elaboração de plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa. De linguagem corrente (não técnica) e privilegiando imagens, fotos, figuras e mapas, a cartilha busca despertar o interesse da comunidade para o patrimônio arqueológico, histórico e cultural da Baixada Santista, com ênfase nas pesquisas e nos resultados obtidos através do Programa CODESP. Vide modelo prévio de elementos da Cartilha em anexo.
- Público alvo: Estudantil (1ª. a 4ª. série do ensino fundamental)
- Metodologia: Elaboração de texto, seleção de imagens, diagramação e editoração.
- Duração: 3 meses para elaboração e entrega do produto (em plataforma eletrônica CD).
- Resultado: Cartilha diagramada com 20 folhas (40 páginas), escrito frente e verso.



CARTILHA PATRIMONIAL

ARQUEOLOGIA, HISTÓRIA E
CULTURA NO PORTO DE
SANTOS / SP



FERRAMENTA EDUCACIONAL MULTIMÍDIA: Louça, vidro, metais... e muito mais: uma viagem no tempo e no espaço pela história de Santos.

- Atividade: Material didático-pedagógico em meio eletrônico que revitalize a história do Porto de Santos a partir da cultura material identificada nas escavações arqueológicas, permitindo ao internauta uma viagem no tempo não apenas passando pelos diferentes cenários históricos que se desenvolveram em Santos, e onde estes materiais/artefatos foram utilizados, mas também uma viagem além-mar até Portugal, nos locais onde muitos deles foram confeccionados (fábricas de porcelana, oficinas de vidro, fábricas de botijas de cerâmica vidrada, etc). Plataforma eletrônica interativa. Vide modelo prévio de elaboração da ferramenta em anexo.
- Público alvo: Estudantil (5^a. a 8^a. série do ensino fundamental)
- Metodologia: Concepção científica e pedagógica da exposição, curadoria das informações, desenvolvimento da ferramenta multimídia, elaboração dos textos e material de apoio.
- Duração: 6 meses.
- Resultado: Material para-didático para alunos de 5^a. a 8^a. série, visando a divulgação e valorização do Patrimônio Cultural da Baixada Santista.



FERRAMENTA EDUCACIONAL MULTIMÍDIA: A Paisagem Cultural do Porto de Santos

- Atividade: Plataforma eletrônica (CD) de “Paisagens Culturais de Santos”, voltada ao público escolar de ensino médio, universidades, museus, centros de culturas, grupos de estudo e comunidade interessada
- Público alvo: Universitários, professores, gestores culturais e patrimoniais, profissionais de meio ambiente e interessados em geral.
- Metodologia: Concepção científica e pedagógica da exposição, curadoria das informações, desenvolvimento da ferramenta multimídia, elaboração dos textos e material de apoio.
- Duração: 6 meses.
- Resultado: Material para-didático de divulgação e valorização do Patrimônio Cultural da Baixada Santista.

KIT PATRIMONIAL

- Atividade: Concepção de material pedagógico-patrimonial para os professores da rede pública de Santos, em formato impresso (“kit patrimonial”) e eletrônico (CD patrimonial), que contribua na prática educacional diferenciada e dinâmica, com especial atenção para divulgação do acervo identificado durante as pesquisas.
- Público alvo: Professores da rede escolar pública.
- Metodologia: Concepção científica e pedagógica do material, elaboração dos textos, seleção de imagens, elaboração de lay-out do acondicionamento, elaboração do material explicativo de apoio.
- Duração: 3 meses.
- Resultado: Divulgação e valorização do patrimônio cultural do Porto de Santos.

EXPOSIÇÃO ITINERANTE

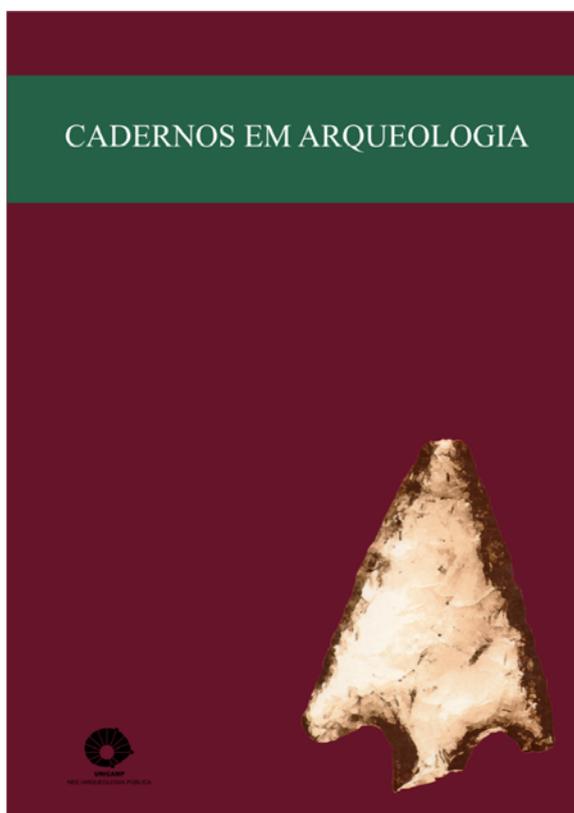
- **Atividade:** Concepção, elaboração e implantação de exposições em locais de grande circulação, previamente determinados, com objetivo de divulgar o Programa Patrimonial, seu conteúdo e resultados aos transeuntes e interessados em geral, com mostra de painéis e/ou recursos multimídia, de acordo com a estrutura que cada local apresentar (catraia, balsa, CODESP, Secretaria da Cultura, Secretaria Municipal da Educação). Serão analisados os eventos culturais do município de Santos para sinergia, buscando a maior amplitude possível da divulgação do Patrimônio Cultural.
- **Público alvo:** Comunidade em geral. Locais sugeridos para itinerância: Canal do Mercado, Balsa próxima à Praça Rio Branco, Secretaria da Educação, escolas próximas, CODESP, entre outros.
- **Metodologia:** Concepção científica, museográfica e pedagógica da exposição, curadoria das informações, elaboração dos textos e material de apoio. Análise e seleção dos locais de itinerância, e procedimentos de itinerância.
- **Duração:** 10 itinerâncias, 3 meses para concepção e elaboração da exposição. 9 meses para itinerância.
- **Resultado:** Divulgação do Programa e do Patrimônio Cultural, estímulo à participação da comunidade na construção de uma história conjunta.

EXPOSIÇÃO PERMANENTE

- Atividade: Concepção de projeto executivo de exposição permanente do acervo em local a ser definido, objetivando promover o encontro com a cultura material identificada durante as pesquisas, por meio de uma “mostra cultural permanente”, com as informações e características necessárias para contribuir no processo de ensino-aprendizagem e valorização cultural.
- Público alvo: Alunos da rede pública de Santos (municipal e estadual) e comunidade em geral.
- Metodologia: Concepção científica, museológica e pedagógica da exposição, curadoria do acervo, elaboração dos textos e material de apoio.
- Duração: 5 meses.
- Resultado: Divulgação permanente de resultados.

PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA

- Atividade: Plataforma de divulgação dos resultados da pesquisa voltada para a comunidade científica, contribuindo para ampliar o conhecimento da pré-história e da história nacional, e da Baixada Santista em particular. Publicação realizada como exemplar do periódico “Cadernos em Arqueologia”, do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP.
- Público alvo: Meio acadêmico (bibliotecas, instituições de pesquisas, profissionais em arqueologia, história e patrimônio cultural).
- Metodologia: Elaboração de textos, seleção de imagens, mapas e desenhos, editoração, diagramação.
- Duração: 5 meses finais do Programa, para elaboração e entrega do produto (em plataforma eletrônica CD).
- Resultado: Caderno com aproximadamente 180 folhas.



Modelo do periódico científico.
Núcleo de Estudos Estratégicos /
UNICAMP.

Ações de Manejo

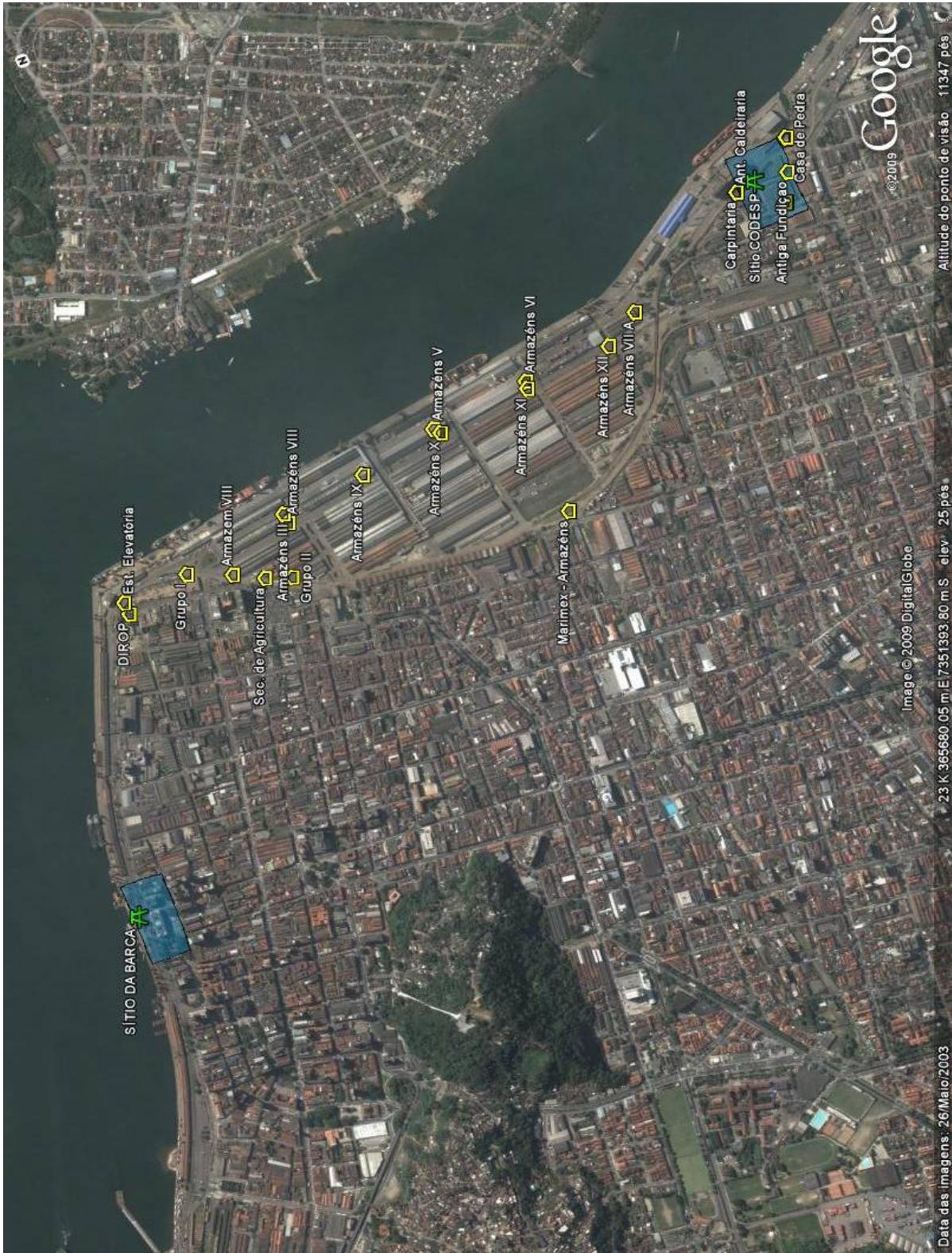
MANEJO DE ACERVO DOCUMENTAL

- Atividade: Tratamento do banco de dados documentais (gráficos, cartográficos, iconográficos, fotográficos e videográficos) do Programa voltado à sua divulgação e disponibilização. No que se refere ao tratamento espacial dos bens culturais e sítios arqueológicos presentes na região estudada, serão utilizadas ferramentas de visualização Google Maps, conforme modelo preliminar em anexo.
- Metodologia: Montagem de data-base, organização dos dados por categoria, definição de trilhas de acesso.
- Duração: 12 meses.
- Resultado: Data-base do Plano de Gestão.

SINALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO

- Atividade: Concepção de placas sinalizadoras.
- Metodologia: Definição dos bens patrimoniais a receberem placas, concepção de placas sinalizadoras, elaboração de lay-out, diagramação, acompanhamento na fixação e monitoramento de preservação.
- Duração: Durante implantação da obra.
- Resultado: Proteção e divulgação do patrimônio cultural.

**MODELO PRELIMINAR DE DISPONIBILIZAÇÃO DE MAPAS
PATRIMONIAIS (Com uso de ferramenta GOOGLE MAPS)**



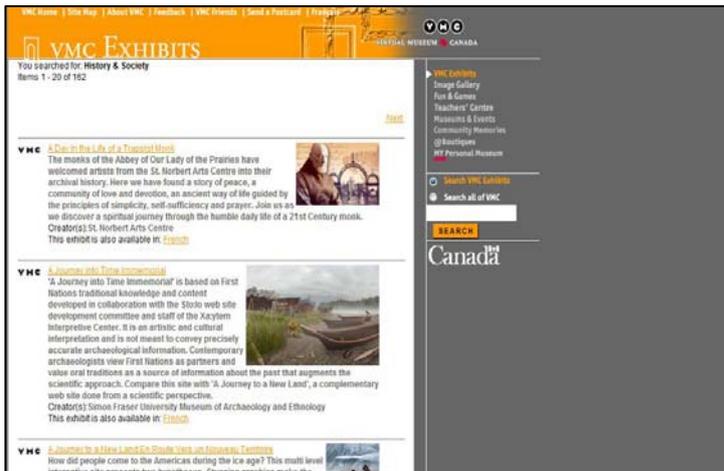
REPATRIAMENTO E UNIFICAÇÃO DO ACERVO MATERIAL

- Atividade: A ser realizada junto ao material obtido através das pesquisas desenvolvidas pela arqueóloga Eliethe M. Pithágoras, e por aquelas referentes à Etapa 1 do presente Plano de Gestão.
- Metodologia: Uniformização das terminologias de identificação e documentação do acervo, produção de catálogo unificado de peças; conservação, tratamento e acondicionamento do acervo conforme regras internacionais; deslocamento das coleções para local definido; acompanhamento junto ao IPHAN da legalização do repatriamento.
- Duração: 6 meses.
- Resultado: Integração de acervo material.

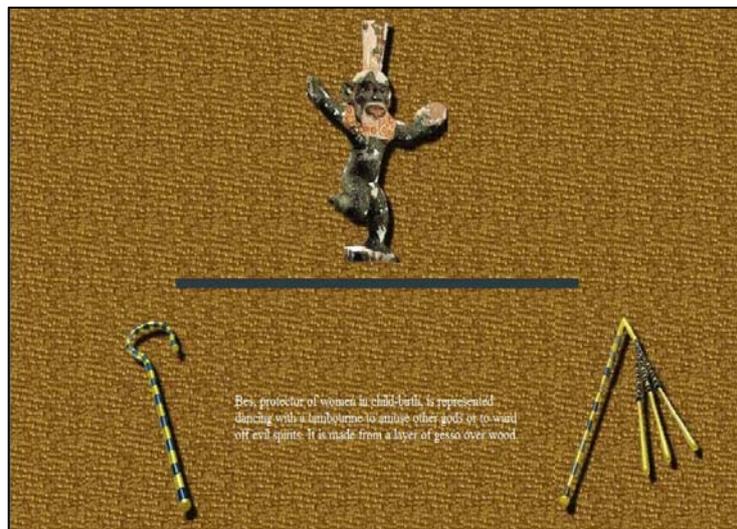
MUSEU VIRTUAL

- Atividade: Desenvolvimento de Plataforma eletrônica permanente, para acesso do público em geral e acadêmico, que apóie o desenvolvimento de pesquisas sobre a cultura material. Este produto estará ligado, ao menos, ao site do museu que ficará com a guarda permanente do acervo, e à UNICAMP, que fornece o apoio institucional científico ao projeto. Vide exemplos de museus virtuais internacionais (Inglaterra, Egito, Japão), em anexo.
- Metodologia: Pesquisa e aplicação de ferramenta multimídia, tomada das peças, elaboração de legendas científicas, implantação em site.
- Duração: 10 meses.
- Resultado: Divulgação e extroversão permanente do acervo material gerado pelas pesquisas.

EXEMPLOS DE MUSEUS VIRTUAIS DE ARTE



http://www.virtualmuseum.ca/English/index_flashFT.html



<http://www.touregypt.net/museum/xix24.htm>



<http://web-japan.org/museum/perform.html>

PROGRAMA DE MANEJO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

- Atividade: Elaboração e organização de Programa de Manejo de Patrimônio Cultural, visando ordenar e subsidiar a CODESP para futuras novas demandas
- Público alvo: CODESP
- Metodologia: Organização de dados e estruturação.
- Duração: 3 meses
- Resultado: Fornecimento de estrutura de Programa de Manejo

Cronograma físico

Atividade	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Monitoramento												
Prospecção												
Educação Patrimonial												
Manejo												
Relatórios												